



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

WALISSIONEIDE DA SILVA CALDAS

**TRABALHO NECESSÁRIO E INFORMAL:
O PERFIL DAS PESSOAS OCUPADAS NO “SHOPPING POPULAR
TERCEIRÃO” EM JOÃO PESSOA - PB**

**João Pessoa
2017**

WALISSIONEIDE DA SILVA CALDAS

**TRABALHO NECESSÁRIO E INFORMAL:
O PERFIL DAS PESSOAS OCUPADAS NO “SHOPPING POPULAR
TERCEIRÃO” EM JOÃO PESSOA - PB**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Rejane Gomes Carvalho

**João Pessoa
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C145t Caldas, Walissioneide da Silva.

TRABALHO NECESSÁRIO E INFORMAL: O PERFIL DAS PESSOAS OCUPADAS NO "SHOPPING POPULAR TERCEIRÃO" EM JOÃO PESSOA - PB / Walissioneide da Silva Caldas. – João Pessoa, 2017.
60f.: il.

Orientador(a): Prof^a Dr.^a Rejane Gomes Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Trabalho. 2. Informalidade. 3. Precarização. 4. Shopping Terceirão-JP.
5. Direitos Trabalhistas. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:33(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos a coordenação de monografia do curso de graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia da aluna Walissioneide da Silva Caldas, matrícula 11223512, intitulada "TRABALHO NECESSÁRIO E INFORMAL: O PERFIL DAS PESSOAS OCUPADAS NO "SHOPPING POPULAR TERCEIRÃO" EM JOÃO PESSOA - PB", foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pela professora Rejane Gomes Carvalho (orientadora) Prof.^a Wanderleya dos Santos Farias (Examinadora e Prof.^a Jaciara Gomes Raposo (Examinadora), no dia 05 às 15 hs, no período letivo de 2016.2. A monografia foi APROVADA pela comissão examinadora e obteve nota (3,0).

Reformulações sugeridas: Sim () Não (X)

Atenciosamente,

Rejane Gomes Carvalho

Prof.^a Dr.^a Rejane Gomes Carvalho
(Orientadora)

Jaciara Gomes Raposo

Prof.^a Ms. Jaciara Gomes Raposo
(Examinadora)

Wanderleya dos Santos Farias

Prof.^a Dr.^a Wanderleya dos Santos Farias
(Examinadora)

Prof.^o Ms. Ademário Félix de Araújo Filho
(Coordenador de Monografia)

Prof.^o Dr. Adriano Firmino Valério de Araújo
(Coordenador do curso)

Prof.^o Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho
(Chefe de Departamento)

Ciente:

Walissioneide da Silva Caldas

Walissioneide da Silva Caldas

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida e por ter me dado os dons da sabedoria, inteligência e paciência.

Dedico este trabalho a minha mãe Severina “In Memoriam”, que foi a maior motivadora para que eu entrasse na universidade, sendo também exemplo para que eu pudesse continuar a universidade. A minha avó materna Maria da Paz que é motivo de orgulho para mim, sempre me apoiando em todas decisões, me dando carinho e sendo uma segunda mãe.

Aos meus irmãos Walisson e Evellyn que são muito caros para mim, aos meus tios (a), primos (a) e a todos meus familiares que acreditaram no meu potencial e foram uma base de sustento para minha vida.

Sou muito grata a minha orientadora Rejane Carvalho que foi esplêndida e muito paciente, sempre me dando conselhos para que eu melhorasse a escrita e fosse uma boa profissional, onde também tive a graça de participar dois anos do projeto de extensão sob sua coordenação que foi muito importante para meu desempenho acadêmico.

Aos meus amigos de infância, aqueles que conheci durante a vida, e principalmente, as que fiz na universidade ao longo desses anos, que sempre me ajudaram a buscar o melhor, e ver sempre o lado bom de passar as noites acordadas estudando, de ficar revisando, são amigas que quero levar para a vida toda. Sou grata a paróquia Sagrado Coração de Jesus e a comunidade católica Shalom que são o meu sustento espiritual, seja através de conselhos, orações, brincadeiras e risadas. E aqueles que em especial aguentaram meus aperreios de madrugada elaborando a monografia, mas sempre me dando incentivo para que não desistisse e acima de tudo tivesse fé crendo que tudo ia dar certo.

Aos trabalhadores do Shopping Terceirão e a administração do mesmo, que gentilmente cederam parte de seu tempo de trabalho para contribuir com esta pesquisa para que eu pudesse aplicar os questionários, e assim concluir a pesquisa de campo.

A todos professores (a) com os quais pude contar a cada um a seu jeito e que contribuíram para o meu crescimento. E por fim a todos que direta ou indiretamente que de alguma forma sendo através de críticas ou de elogios contribuíram para o meu crescimento acadêmico e profissional.

RESUMO

O objetivo principal dessa monografia é analisar o perfil das pessoas ocupadas nas atividades localizadas no shopping popular Terceirão no município de João Pessoa. O trabalho informal é um fenômeno que se expandiu em todas as cidades como consequência do modelo de desenvolvimento capitalista que não consegue manter todas as pessoas inseridas nas condições formais do trabalho. Apesar da contradição entre trabalho formal e informal, as atividades disseminadas na dimensão da informalidade contribuem significativamente com a geração de riqueza e mantém expressivo número de pessoas ocupadas e em condições de obter rendimentos para atender suas necessidades. As contribuições teóricas sobre desenvolvimento socioeconômico e trabalho, serviram como base para os estudos e discussões sobre o trabalho informal, analisando o conceito e as condições da sua expansão. Também foi necessária a busca de dados secundários em instituições de pesquisa oficiais, como IBGE e Ministério do trabalho, para ilustrar as condições gerais do mercado de trabalho em João Pessoa e analisar o setor informal. Além disso, utilizou-se a pesquisa direta de campo para investigar a percepção de trabalhadores, de comerciantes e da administração do Shopping Popular sobre as condições do trabalho, da infraestrutura e do trabalho informal presente nesse espaço de comércio e serviços. Para apreender a configuração do trabalho no Shopping Terceirão, foram levadas em consideração variáveis como: instrução, idade, estado civil, gênero, rendimento, carteira de trabalho e contribuição para a previdência social. Conforme a pesquisa indicou, é possível destacar que parte das pessoas que desempenham funções de trabalhadores ou de pequenos comerciantes no Shopping Terceirão estão em situação de trabalho precário ou informal, tendo em vista as extensas jornadas de trabalho, a não contribuição com a previdência social, a não existência de férias e 13º salário, entre outros direitos do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Informalidade. Precarização. Shopping Terceirão-JP. Direitos Trabalhistas.

ABSTRACT

The main purpose of this monograph is to analyze the profile of persons occupied in activities located in the popular shopping Terceirão in the municipality of João Pessoa. The informal work is a phenomenon that has spread in all the cities as a result of the model of capitalist development which cannot keep all the people in the formal conditions of work. In spite of the contradiction between formal and informal learning, the activities disseminated in the dimension of informality contribute significantly to the generation of wealth and maintains a significant number of people employed and able to get income to meet their needs. The theoretical contributions on socioeconomic development and work served as the basis for the studies and discussions on the informal work, examining the concept and the conditions of its expansion. It was also necessary in the pursuit of secondary data in research institutions, as IBGE and the Ministry of Labor, to illustrate the general conditions of the labor market in Joao Pessoa and analyze the informal sector. In addition, we used the direct examination of field to investigate the perception of workers, merchants and the administration of the Popular Shopping on the conditions of labor, infrastructure, and in informal work in this area of commerce and services. To seize the job setup in Shopping Terceirão were taken into consideration variables like: education, age, marital status, gender, income, portfolio of work and contribution to social security. As the research has indicated, it is possible to highlight that part of the people who perform functions of workers or small traders in Shopping Terceirão are in precarious employment or informal, in view of the extensive work days, not contributing to social security, the non-existence of holidays and 13th salary, among other human rights work.

Keyword: Work. Informality. Precarization. Shopping Terceirão-JP. Labor Rights.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: João Pessoa - População residente estimada de 2010 a 2016 (Número de pessoas)	29
Gráfico 2: João Pessoa - Renda média domiciliar per capita de 1991, 2000 e 2010 (R\$).....	30
Gráfico 3: Microrregião do João Pessoa - PIB municipal a preços correntes 2014 (Mil Reais)	31
Gráfico 4: João Pessoa - Índice de Gini.....	32
Gráfico 5: João Pessoa – Proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres em 1991, 2000 e 2010 (%).....	33
Gráfico 6: João Pessoa PEA – 1991, 2000 e 2010 (n° de pessoas)	34
Gráfico 7: João Pessoa - Pessoas nível de instrução – 2010 (%)	34
Gráfico 8: Shopping Terceirão – JP - Faixa etária dos trabalhadores, segundo o gênero.....	41
Gráfico 9: Shopping Terceirão – JP – Nível de instrução dos trabalhadores.....	42
Gráfico 10: Shopping Terceirão – JP – Rendimento dos trabalhadores.....	44
Gráfico 11: Shopping Terceirão – JP –Horas de trabalho semanais.....	45
Gráfico 12: Shopping Terceirão – JP –Tempo de Trabalho no Shopping Terceirão	46
Quadro 1: Shopping Terceirão – JP - Local da residência.....	40
Quadro 2: Shopping Terceirão – JP – Condições de trabalho	43
Quadro 3: Shopping Terceirão – JP –Realização Profissional	47
Quadro 4: Shopping Terceirão – JP – Questões Administrativas	49

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1: João Pessoa - Pessoas ocupadas, segundo a atividade do trabalho principal e contribuição para o instituto de previdência e sexo – 2010	35
Tabela 2: João Pessoa - Pessoas ocupadas, segundo segmento do trabalho principal por sexo e contribuição para o instituto de previdência – 2010 (%).....	36
Figura 1: Fachada do Shopping Centro Terceirão	38
Figura 2: Ambiente interno do Corredor e boxes do Shopping Centro Terceirão	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos.....	11
1.1.2 Objetivos específicos.....	11
2 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA	13
2.1 O desenvolvimento da noção de trabalho informal.....	13
2.2 O trabalho informal é trabalho produtivo?	17
2.3 O Trabalho informal e a precarização do trabalho	22
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	26
4 O PERFIL DAS PESSOAS OCUPADAS NO “SHOPPING POPULAR TERCEIRÃO” NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA -PB	29
4.1 Caracterização do mercado de trabalho no município de João Pessoa.....	29
4.2 Histórico sobre o shopping popular “Terceirão” em João Pessoa.....	37
4.3 Descrição e análise dos resultados da pesquisa no shopping “Terceirão”	39
4.3.1 Dados pessoais.....	40
4.3.2 Instrução	41
4.3.3 Condições de trabalho	42
4.3.4 O Shopping Terceirão na percepção da administração local.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A	57
APÊNDICE B	60

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tema do trabalho informal e tem como objetivo principal construir o perfil das pessoas ocupadas no mercado de trabalho informal para o município de João Pessoa, situação que se encontra explícita nos shoppings populares que compõem o cenário do centro da cidade. Apesar de haver pesquisas sobre o tema do mercado de trabalho informal, ainda se faz necessário novos estudos para retratar melhor esta problemática, especialmente a partir do levantamento e da análise de dados para o shopping popular “Terceirão” que está localizado no centro de João Pessoa-PB.

Este estudo também procura entender as condições da ocupação dos trabalhadores autônomos, empregadores ou informais, que também se autodenominam de microempresários, de forma a caracterizar as diferentes categorias de ocupações presentes nos shoppings populares do município. Para apreender a configuração destas ocupações e suas condições, deve-se levar em conta variáveis como: formação escolar, idade, estado civil, tipo de ocupação, setores e rendimento.

A abordagem sobre o setor informal da economia surgiu a partir das investigações sobre a pauperização em economias menos desenvolvidas, especialmente, quando o sentido de desenvolvimento desigual e concentração da pobreza passam a ser compreendidos como problemas econômicos. As contribuições teóricas sobre desenvolvimento socioeconômico serviram como base para os estudos e discussões sobre o trabalho informal, atividade que se desenvolve especialmente sobre os setores de comércio e serviços, expondo a necessidade de alternativas econômicas para a sobrevivência das pessoas, passando a ser encarado não somente como problema econômico, mas como questão social (ALVES e TAVARES, 2006).

Com o reconhecimento do trabalho informal como forma de sobrevivência, os estudos que abordam a dimensão do trabalho puderam ser ampliados, com fenômenos e expressões relevantes para a atividade produtiva, além de tornar visíveis os trabalhadores que atuam nas atividades consideradas informais (ALVES e TAVARES, 2006).

Para Alves e Garcia (2002), a expansão do trabalho informal ocorre, sobretudo, com os ambulantes e camelôs que desempenham esse trabalho para sua sobrevivência, como forma de buscar recursos financeiros. A informalidade do trabalho se contrapõe aos direitos que os trabalhadores formais conseguiram através de lutas trabalhistas

históricas nos diversos países. A ausência de direitos do trabalho fragiliza a posição dos trabalhadores que vivem na informalidade.

No caso do Brasil, o trabalho informal é um fenômeno que está se expandindo em todas as capitais e grande parte da população é afetada. Parte da população está inserida nessa zona de empregabilidade ou no mercado de trabalho informal que, na maioria dos casos, é precário. Este fenômeno se verifica não somente nos grandes centros urbanos, mas nas cidades menores, absorvendo as pessoas que não conseguiram se engajar num emprego formal, por não possuírem qualificação para um emprego formal, mas todos estão em busca de melhor qualidade de vida. Do ponto de vista institucional, há incentivos e ações do poder público para a formalização do trabalho ou a regularização das atividades informais, o que contribui para o crescimento de outro fenômeno importante na economia brasileira: a ampliação da noção de empreendedorismo.

A definição do conceito de informalidade também se faz necessária para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista diversas apreensões no âmbito da investigação científica com base na economia, sociologia, história, educação e políticas públicas, entre outras. Uma das principais referências internacionais de reconhecimento do problema do trabalho informal é a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir da preocupação com o trabalho decente em todo o mundo, tema a ser desenvolvido na investigação teórica desse trabalho.

Como problema de pesquisa busca-se entender se a situação de informalidade na qual se encontram os trabalhadores nestes espaços do comércio popular foi resultante de escolhas racionais ou busca de alternativa para sair do desemprego. Suspeita-se que, na maioria dos casos, a ocupação informal está relacionada à condição de desemprego dos indivíduos. Nestes casos, buscam saídas para manter o sustento familiar e pessoal, podendo também se encontrar em situação de vulnerabilidade social e falta de proteção social no trabalho.

A importância desse trabalho encontra-se na problematização e compreensão sobre a ocupação dos trabalhadores no setor informal que, em sua maioria também está relacionado ao trabalho precário, mal remunerado e sem carteira de trabalho assinada, onde estão desprovidos dos benefícios sociais como uma futura aposentadoria ou auxílio doença.

Para as análises da pesquisa foi necessário seguir os seguintes objetivos:

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o perfil das pessoas ocupadas nas atividades localizadas no shopping popular Terceirão no município de João Pessoa.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar a distribuição da PEA por sexo, as atividades principais no trabalho, nível de instrução e rendimento no município de João Pessoa;
- b) Verificar a relação entre trabalho informal e trabalho precário;
- c) Questionar as condições de proteção social pelo trabalho e o vínculo dos trabalhadores com o instituto de previdência social;
- d) Examinar a noção de autonomia e empreendedorismo no âmbito do trabalho informal por parte dos trabalhadores.

Esse tema contribuirá para que possamos entender o perfil das pessoas ocupadas e a realidade local do shopping popular Terceirão em João Pessoa. O trabalho tem relevância, pois apesar de várias investigações sobre mercado de trabalho informal, ainda se tem poucos estudos específicos para este shopping popular localizado no centro da cidade.

Este trabalho se divide em mais 4 capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta uma discussão teórica sobre a configuração do trabalho informal e sua importância para a economia e a realidade local, constituindo-se numa revisão da literatura para observar alguns conceitos relacionados ao tema, como informalidade e precarização do trabalho. O capítulo 3 apresenta as considerações sobre a metodologia adotada, destacando os caminhos da pesquisa bibliográfica, a utilização de dados secundários e os procedimentos da pesquisa de campo. Em seguida, no capítulo 4, foi realizado o tratamento dos dados secundários, bem como a análise das informações da pesquisa direta de campo realizada nas dimensões do Shopping Terceirão, de modo a destacar o perfil dos trabalhadores e comerciantes e as condições de trabalho. No último capítulo, as considerações finais trazem algumas reflexões sobre os resultados da pesquisa e suas contribuições para entender melhor a organização do trabalho no Shopping popular Terceirão, como expressão das condições do desenvolvimento local em João Pessoa.

2 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA

2.1 O desenvolvimento da noção de trabalho informal

Este item tem por objetivo abordar o conceito de informalidade, considerando a ótica de vários autores prestigiados por desenvolverem pesquisas no âmbito do mercado de trabalho informal, como Alves e Tavares (2006), Malaguti (2000), Filgueiras et al. (2004), Cruz (2014) e Araújo e Lombardi (2013). Suas contribuições mostram a conceituação e perspectiva da informalidade a partir do mercado de trabalho, contribuindo para o entendimento desta problemática.

O trabalho informal é caracterizado pela falta de condições “decentes”¹ de trabalho quanto à remuneração, infraestrutura e direitos, ou seja, aquele que é produzido sem vínculo formal reconhecido por lei. É um trabalho como qualquer outro que requer esforço mental e braçal para sua produção. Porém, está desprovido de uma série de benefícios que a lei trabalhista pode oferecer.

A abordagem sobre o setor informal da economia surgiu a partir da análise sobre o processo de pauperização da população, especialmente, como fenômeno característico de países subdesenvolvidos, a partir de 1960, quando as abordagens teóricas sobre o desenvolvimento desigual e a reprodução da pobreza no sistema capitalista passou a ser encarado como um possível problema econômico prejudicial para as futuras gerações. Algumas contribuições teóricas surgiram na tentativa de explicar o trabalho informal.

A partir do final da segunda guerra mundial, constituiu-se o pensamento em torno das ideias desenvolvimentistas, pautadas na compreensão de que o crescimento econômico industrial com intervenção estatal poderia promover o desenvolvimento nos países da América Latina. Com este referencial, um conjunto de autores, conhecidos como desenvolvimentistas, caracterizavam o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948, o que marcou o projeto de desenvolvimento no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Prevalecia a compreensão da dependência entre a economia da América Latina e a economia internacional, de modo a promover desigualdade socioeconômica, tendo como consequência a marginalização da

¹ A OIT caracteriza o trabalho decente como um ponto importante dentre seus objetivos que impulsiona um trabalho produtivo e de qualidade, para que os homens e as mulheres tenham uma remuneração, uma vida digna e segurança nos seus trabalhos, mesmo sendo informais. Ver: OIT (2017).

população no mercado de trabalho, o que dificultava a incorporação de muitos trabalhadores ao trabalho formal, levando-os a migrar para o setor informal. Essa dificuldade observada, em especial, no mercado de trabalho, deve ser explicada a partir de fatores políticos, econômicos e sociais, sendo este um problema estrutural no desenvolvimento da região. Para os expoentes do desenvolvimentismo, a história econômica e política da América Latina caracteriza-se como uma economia periférica e que depende de tecnologias estrangeiras para o seu crescimento.

A concepção desenvolvimentista está baseada na ideia de que o crescimento da produção industrial e da criação da infraestrutura necessária, a partir da atuação ativa do Estado, pode contribuir para a dinamização da economia de nações menos desenvolvidas. No Brasil, as ideias desenvolvimentistas, inicialmente foram implementadas no planejamento econômico dos governos dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, destacando-se, neste último a expansão da infraestrutura e os incentivos para a indústria de automóveis no país.

Dentre os vários autores que contribuíram com a noção de desenvolvimentismo destaca-se Celso Furtado. Segundo Pereira (2005), este autor privilegiou analisar a relação entre a teoria e a história, explicitando a importância do planejamento econômico nos diferentes ciclos de desenvolvimento no país. Sua contribuição foi marcante para demonstrar a passagem do modelo primário exportador para a economia industrial a partir dos anos de 1930, de modo a delimitar as características da crise na economia agrária e na relação do Estado brasileiro com a sociedade, suscitando ações intervencionistas por parte do governo para estimular o desenvolvimento no país.

O método furtadiano era analítico e diferenciava-se, também, por demonstrar o “estudo da dependência” onde analisava a dependência da economia latino-americana com a economia mundial. Sua “visão histórica” permitiu mostrar como a dependência se tornou característica do subdesenvolvimento em muitos países, causando déficits estruturais e sociais difíceis de serem solucionados.

Esta discussão sobre desenvolvimento pode contribuir para entender a noção de informalidade no Brasil, tendo em vista que o país é uma economia dependente de países centrais e afeta direta ou indiretamente a informalidade, porque muitos ambulantes e sacoleiros negociam com mercadorias, na maioria das vezes, com origem em países que apresentam certas vantagens comerciais, especialmente, nos produtos da linha eletroeletrônica, ou quando podem ter mais opções de compra e pagam mais

barato do que os produtos feitos no Brasil. Assim, observa-se que há uma possível dependência do comércio popular desses produtos importados.

Uma das definições que serviu de referência para se compreender o setor informal da economia foi construída por meio das contribuições da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os estudos dessa organização tomaram como ponto de partida uma pesquisa que se realizou em 1972, no Quênia, onde o tema central era o problema do emprego. A partir desse estudo foi possível ter uma compreensão mais abrangente sobre o tema, privilegiando uma concepção dual sobre o método da economia urbana entre o trabalho formal e informal, conforme destacam Alves e Tavares (2006). Definem o setor informal como uma forma de arranjo produtivo realizado com capital escasso, em comércios não regulados. A partir desse contexto, vários autores desenvolveram seus estudos sobre a questão da informalidade.

Na pesquisa de Malaguti (2000), o conceito de informalidade também pode ser visto como uma extensão atemporal. Desse modo, entende-se que não se pode tratar a informalidade através de conceitos fechados, mas que privilegiem a análise das condições da reprodução do capital que contribuem para a expansão das condições de precarização e, de uma forma extensiva, como manifestação da organização dos indivíduos por melhores salários ou pela busca de garantia das condições materiais de sua existência. Para tanto, sugere a criação de instrumentos que possibilitem atrair a nova padronização do negócio e da legislação do trabalho, encaminhando a coerência de sua lógica e de suas classes de reprodução para além de estabelecer quais setores mantêm a concentração de mais capital (MALAGUTI, 2000).

De acordo com Araújo e Lombardi (2013), os estudos feitos sobre o trabalho informal contribuem não apenas para novas pesquisas, mas para um novo debate sobre o conceito de informalidade. Esta caracteriza-se como atividade produtiva realizada na condição de trabalho desprotegido, ocorrendo em comércios ou serviços pouco estruturados e com baixos rendimentos. Além disso, consideram outros aspectos em torno das novas formas de contrato e relações de trabalho nesse setor informal que são decorrentes dos fatores da reestruturação capitalista.

Pela análise de Filgueiras, Druck e Amaral (2004), os diferentes conceitos de informalidade podem ser difíceis de compreender se comparados com outros fenômenos do mercado de trabalho, pois existem várias maneiras de reconhecer os fenômenos econômicos e suas dinâmicas com o trabalho, observados sob a ótica de objetos de estudo, como a categoria da microempresa ou microempreendedor, que é aquele

indivíduo que trabalha por conta própria² e se denomina como pequeno empresário, ou trabalhador autônomo. O grupo do microempreendedor pode compor a categoria de conta própria e não conter nenhum vínculo empregatício. Esta categoria de trabalhador aparenta possuir independência em sua ação de trabalho e explora sua própria força de trabalho, além do trabalho de seus empregados, quando for o caso.

No campo da informalidade, ainda pode estar presente a categoria do trabalhador doméstico³, também classificado por conta própria ou ainda possuir vínculo empregatício. Este segmento tem registrado crescimento dos vínculos formais com a aplicação de legislação específica para este grupo de trabalhadores no Brasil ao longo dos anos, sendo composta mais por mulheres que procuram sair do desemprego ou ter uma oportunidade de trabalho.

Na dimensão do trabalho terceirizado⁴ o trabalhador pode possuir vínculo direto com a empresa intermediária prestadora de serviços, embora não exista uma relação direta com o contratante. Nesta categoria, ainda existe muitas denúncias de trabalho realizado sem obediência à legislação trabalhista, com descumprimento de jornada de trabalho e remuneração, entre outros problemas.

As formas de atividade e as relações de trabalho destacados fazem parte do mundo da informalidade pois o trabalho informal se manifesta pela junção de atividades produtivas realizadas em condições precárias e relações sociais de trabalho que não respeitam a legislação trabalhista, contrariando as relações sociais da produção legitimadas formalmente no capitalismo, especialmente, a determinação do trabalho assalariado. O trabalho informal é considerado trabalho produtivo, pois cria riqueza através de produtos, serviços e comercializam dentro do quadrante do mercado informal e formal. O trabalho informal constitui atividades que requerem aptidão, esforço braçal e mental, embora possam ser realizadas em situação de precariedade. Contudo, prevalece a compreensão de que um trabalhador informal é aquele que não possui carteira de trabalho assinada.

² Com base na metodologia do IBGE o trabalhador por conta própria é a pessoa que trabalhava ou trabalha em seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar (IBGE, 2017c).

³ Com base na metodologia do IBGE o trabalhador doméstico é a pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares (IBGE, 2017c).

⁴ Segundo o guia Trabalhista, a terceirização é o contrato de serviços por meio de empresa, intermediária (interposta) entre o tomador de serviços e trabalhador, mediante contrato de prestação de serviços. A relação de emprego se faz entre o trabalhador e a empresa prestadora de serviços, e não diretamente com o contratante (tomador) destes. Ver: Direito Trabalhista, 2017.

O trabalho informal é aquele caracterizado como a prática de uma atividade sem que haja registro oficial em carteira de trabalho assinada e contribuição para a previdência social (MATSUO, 2009). Este grupo de trabalhadores não necessariamente vai ser considerado como desempregados.

Para o IBGE, os trabalhadores desempregados são aqueles que não estão trabalhando na semana em que a pesquisa foi realizada, mas que estão à procura de trabalho. Os trabalhadores que são denominados formais fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA), segundo a classificação de conceitos de notas técnicas usados pelo IBGE.

O órgão classifica, ainda, a população ocupada da seguinte forma:

- a. Empregados – aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário etc.) (...). Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.
- b. Conta Própria – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- c. Empregadores – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- d. Não-Remunerados – aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário (IBGE, 2016).

O conceito de informalidade tem suas limitações por ser mutável do ponto de vista de cada região. A informalidade vista isoladamente é uma definição insuficiente para explicitar a dinâmica do atual mercado de trabalho. Por isso, é crucial entendê-la no quadro dos novos aspectos de trabalho em curso, em especial no que se refere aos procedimentos de concorrência das firmas num ambiente competitivo, ou seja, há competição de modo que qualifica as suas diferentes formas dentro do setor informal. Apesar do crescimento econômico ter contribuído para a redução do trabalho informal, é preciso identificar que em um ambiente de flexibilização há um novo formato para a informalidade, no qual pode levar a baixa arrecadação para a gestão pública (CRUZ, 2014).

2.2 O trabalho informal é trabalho produtivo?

Do ponto de vista de Kowarick (1985) em "Capitalismo e Marginalidade na América Latina", havia discordância entre os vários autores que contribuíram com a

teoria cepalina sobre a "marginalidade do trabalho". Para ele, as atividades simples como artesanato e pequenas indústrias podiam absorver essa população desocupada. Enfatizava que a situação do trabalho informal se deu, em parte, pelas migrações internas, o que levou a população a sair da periferia e ir para os bairros centrais. Ainda para o autor, o conceito de marginalidade acabou por incluir todo e qualquer fenômeno que resultasse de uma forma de exclusão dos benefícios próprios à sociedade urbano-industrial, ou seja, as pessoas saíam a procura de melhoria na qualidade de vida e por melhores empregos, pois não estavam conseguindo se encaixar no perfil do trabalhador fabril. Na cidade, os que não conseguiram esta inserção, acabavam entrando no setor informal por não apresentar qualificação educacional ou profissional adequadas ao mercado.

Pela ótica de Filgueiras, Druck e Amaral (2004), no Brasil essa nova informalidade é consequência da reestruturação produtiva que tem levado ao aumento de pessoas em situação de trabalho autônomo ou que possui dupla jornada de trabalho, sendo possível que estabeleçam vínculos com empresas formais. Para ter uma renda extra vão para o mercado informal e criam novos produtos dentro da atividade econômica.

O trabalho informal é aquele caracterizado como a prática de uma atividade produtiva e geradora de renda sem que haja registros oficiais do vínculo empregatício entre patrão e empregado, como carteira de trabalho assinada e contribuição para o instituto de previdência social. São considerados trabalhadores informais: camelôs, feirantes, flanelinhas e vendedores ambulantes, por exemplo (ALVES e GARCIA, 2002). Contudo, o trabalho informal é um trabalho produtivo, pois gera novos produtos e renda. Alguns desses trabalhadores se autodenominam de microempresários, porque aquele pequeno comércio ou atividade produtiva na qual se vincula é de onde retira seu sustento.

Com o reconhecimento do trabalho informal nas investigações acadêmicas e institucionais, surge uma nova forma de mostrar o contexto do trabalho, através da ampliação de expressões produtivas que até o momento não ocupavam lugar central na atividade da classe trabalhadora nos termos clássicos, enquanto lugar protagonizado pelo operário das fábricas (ALVES e TAVARES, 2006).

Nos estudos realizados pelos autores, percebeu-se que no Brasil há iniciativas de políticas públicas para que haja redução do desemprego e do trabalho informal

precário⁵, com a intenção de alcançar uma estabilidade ocupacional, tendo em vista que grande parte da população brasileira está incluída em atividades informais de trabalho. O trabalho informal não caracteriza apenas uma forma de produção marginal, mas mais do que isso, para muitos é uma alternativa de sair da pobreza e de buscar inserção social. O autor Proni (2013), enfatiza a ideia de que um trabalho remunerado é digno, tendo em vista que ele pode garantir a estabilidade e segurança para as famílias. Percebe que a informalidade não se encerra apenas na questão do contrato de trabalho, mas também se apresenta na forma de acesso ao conjunto dos direitos mínimos e na democratização das relações de trabalho, pois o trabalho informal também deve ser considerado produtivo (PRONI, 2013).

Segundo Alves e Almeida (2009), a razão do aumento das formas flexíveis de trabalho, defendido pelos adeptos à desregulamentação dos benefícios trabalhistas, contribui para a expansão do processo de “empreendedorismo” do trabalho, disseminando o pensamento de que todos podem se tornar seu próprio “patrão”, pelo próprio trabalho e esforço, como forma de sair do desemprego. Esta mentalidade pode gerar uma valorização individualista e empreendedora propagada pela mídia, levando os indivíduos a buscarem recursos e incentivos dos governos para abrirem seus próprios negócios.

Outro ponto importante para se compreender o trabalho produtivo é o conceito de autonomia, que Sposati et al. (2010) demonstra, relacionado com a liberdade do homem:

O conceito de autonomia é compreendido [...] como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar, pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão (SPOSATI et al., p. 26, 2010).

Com o passar o tempo, o homem consegue adquirir vários conhecimentos e aptidões ao longo da vida. No mundo contemporâneo, estas aptidões podem ser colocadas à disposição da relação de trabalho assalariado ou autônomo. Dentre as

⁵ Araújo e Lombardi (2013) observam que o trabalho precário está incluso no trabalho informal caracterizando-se como uma atividade produtiva em más condições de trabalho, desprotegido e com baixos rendimentos. Outra característica essencial do trabalho precário é a falta de registro oficial na carteira de trabalho assinada e a contribuição para a previdência social (MATSUO, 2009).

atividades produtivas consideradas autônomas, com o apelo do mercado para a atitude do trabalhador “independente”, se destacam as posturas chamadas de empreendedoras, de modo a estimular o desejo de possuir seu próprio negócio.

Muitos trabalhadores não conseguem estabilidade no mercado de trabalho formal, o que pode ser atribuído a aspectos estruturais da economia que podem ser agravados pelos déficits sociais como a baixa escolaridade e qualificação profissional, falta de oportunidade e pouca experiência. Diante disso, os indivíduos procuram uma maneira para seu sustento no mercado informal e, em muitos casos, na busca de tornarem-se empreendedores. Aqueles que conseguem conhecimento e habilidades adequadas ao empreendedorismo têm a chance de se estabelecer em atividades autônomas com certa organização e eficiência exigidas pelo mercado, podendo alcançar sua “liberdade e oportunidade” para crescer, o que pode ocorrer primeiramente nas atividades informais e, posteriormente, migrarem para estabelecimentos enquadrados nas condições legais de funcionamento.

A entrada no segmento do empreendedorismo requer uma certa experiência básica sobre o mercado para que o indivíduo possa ter o mínimo de estabilidade. Porém, como o mercado é seletivo, nem todos vão conseguir sucesso nessa busca. Por outro lado, apesar das contradições do sistema capitalista, não se pode descartar a possibilidade dos indivíduos encontrarem condições satisfatórias para desenvolverem suas atividades produtivas como empreendedores e informais, aproximando-o da “liberdade”. Sabe-se que no mercado informal o trabalhador está desprovido da proteção das leis trabalhistas citadas acima, mas se ele pode ter a liberdade de abrir seu próprio empreendimento, também deve-se admitir a expectativa de que possa contribuir com a previdência social quando possuir estabilidade financeira. Mas, se o empreendimento não for como o esperado, ele terá que optar por fechar o negócio e ingressar numa ocupação no qual o perfil dele se encaixe.

De acordo com Bagnasco (1997), com as mudanças nas relações de produção foram propostas mudanças na forma do conceito sobre a informalidade de modo a incorporar as combinações de atividades informais velhas e novas. Na realidade, essas combinações têm exibido inovações nas estruturas econômicas no lado tradicional, social e político. Nesse novo contexto, as atividades informais, apesar dos laços fortes com a economia formal, ao incorporar modelos de organização da produção artesanal e de sua comercialização, por exemplo, estão sendo bem acolhidas pela sociedade na

medida em que são reconhecidas como atividades produtivas que tem seus espaços reformulados pela formalização e legalização por meio das instituições.

Leite e Araújo (2009) mostram que a expansão do capitalismo nos últimos anos e o aparecimento de novas tecnologias impactaram na área urbana, processo que foi acentuado também com o aumento de desempregados, explicitando a desigualdade social nos centros das cidades. O trabalho informal, a partir da década de 1990, apresentou forte expansão devido ao movimento de reorganização produtiva relacionado com o arranjo urbano-industrial do emprego. Tais mudanças, orientadas pela política neoliberal de estabilização das economias e flexibilização da produção e das relações de trabalho, promoveram aumento no desemprego, pois com as novas tecnologias os trabalhadores encontraram mais dificuldade para se inserirem no mercado devido às exigências de qualificação profissional, fazendo com que o ramo informal crescesse no espaço urbano das cidades. Nos centros urbanos, a informalidade é explicitada de várias maneiras, especialmente, no âmbito do setor de comércio e serviços, com trabalhadores ambulantes, ocupações temporárias, por conta própria e terceirizados. Neste contexto, observa-se ainda o crescimento do trabalho autônomo associado à informalidade.

Desde os primeiros estudos sobre a questão da informalidade como forma de ocupação, o trabalho ambulante vem tendo destaque nos centros das cidades. Em João Pessoa eles estão inseridos em sua maior parte nos shoppings populares, pois quando não existiam tais shoppings eles tomavam conta das vias públicas do centro da cidade.

Segundo Alves (2013) a cidade é o principal ponto de reprodução do comércio ambulante, um espaço que é usado pelos trabalhadores informais em seu trabalho e nas suas práticas cotidianas. Em João Pessoa, parte destes trabalhadores que negociam suas mercadorias e serviços, o fazem em condições precárias. No seu cotidiano, negociam pelas areias e calçadão da orla, se for na praia, ou nas ruas do centro da cidade que são os lugares mais movimentados. Uma evidência do marco da informalidade nos centros da cidade e de sua precarização foi a criação, inicialmente, dos chamados “camelódromos”, sob o comando do poder público municipal. É nesta realidade que se enquadra o caso do Shopping Centro Terceirão, no Centro de João Pessoa.

Como esse estudo parte da problemática da ocupação dos trabalhadores informais, as diversas abordagens sobre informalidade ajudarão na compreensão sobre as condições em que esta ocupação é realizada. Por outro lado, também se pode observar o papel do governo e suas políticas para incentivar o trabalhador a se inserir no

mercado de trabalho formal, estimulando a garantia de direitos no trabalho, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o auxílio doença, licença maternidade, férias remuneradas e seguro desemprego. Além disso, quando alcançado o tempo de trabalho suficiente e de contribuição, regulamentados pela legislação, para mulheres e homens, terá a aposentadoria garantida, se contribuírem mensalmente com a previdência social, e isso é importante pois protege financeiramente o trabalhador. De acordo com os autores citados, há uma expansão no trabalho informal como modalidade de trabalho dentro da classe trabalhadora, como reflexo da busca por garantias de renda e por um melhor espaço na sociedade.

2.3 O Trabalho informal e a precarização do trabalho

Trabalho precário é aquele executado em más condições de trabalho, com estruturas locacionais inadequadas, não contendo equipamentos eficientes para a produção e que pode causar desconforto ao trabalhador no sentido de ter maior esforço braçal e, às vezes, as horas de trabalho são mais do que o tempo médio de um trabalhador formal (Sistema de Contas Nacionais-SNC, 2000). Pode ocorrer em pequenas fábricas através do trabalho formal ou no trabalho informal, pois os trabalhadores se submetem a certas condições de trabalho para possuir renda e manter seu sustento pessoal e familiar. Esse trabalho precário se relaciona com o trabalho informal, considerando que na falta da ocupação formal, o sujeito vai buscar uma saída para se inserir no mercado de trabalho. Nesta situação, os trabalhadores estariam desprovidos dos benefícios oriundos dos direitos no trabalho e de estabilidade financeira, como foi citado anteriormente.

De acordo com Leite e Araújo (2009), o mercado de trabalho informal tem relação com a pobreza, ocasionada pela desigualdade criada pelo processo de produção e pelas relações de trabalho dele decorrentes, promovendo má distribuição de renda e tornando os trabalhadores cada vez mais desnecessários ao trabalho formal. Alguns indivíduos preferem uma ocupação informal, mas com remuneração melhor do que um trabalho formal mal remunerado e precário. Este fenômeno próprio do modelo capitalista promove a exclusão dos trabalhadores e gera desigualdade, constituindo um problema social para a sociedade.

Em alguns casos, a informalidade também se relaciona ao empreendedorismo que se expressa a partir da flexibilidade das ocupações. Esse empreendedorismo, como

consequência do trabalho autônomo, por parte dos trabalhadores, se expandiu devido a vulnerabilidade e a pobreza, onde os trabalhadores buscavam nessa nova modalidade de ocupação a criação de renda e a possibilidade de se manterem estáveis em seus micro negócios. Assim, o trabalhador passa a ser patrão, produtor e vendedor ao mesmo tempo, pois em muitos casos ainda não tem condições de se expandir para contratar funcionários (CRUZ, 2014).

Para Alves e Garcia (2002), a expansão do trabalho informal ocorre, sobretudo, com os ambulantes e camelôs que desempenham esse trabalho para sua sobrevivência, como forma de buscar recursos financeiros. Na maioria dos casos, é no espaço das cidades que esses trabalhadores realizam suas atividades. A informalidade se contrapõe aos direitos que os trabalhadores formais conquistaram e que estão contemplados na Constituição de 1988, conseguidos através de lutas trabalhistas importantes na história das relações de trabalho no Brasil. A ausência de direitos do trabalho fragiliza a posição dos trabalhadores que vivem na informalidade.

O trabalho informal encontra-se relacionado em grande proporção com as condições de sobrevivência da população mais pobre, pois esse segmento social tem dificuldade de inserção no mercado de trabalho de forma legal, de modo a garantir os direitos e os benefícios sociais pelo trabalho como o salário mensal, 13º salário e férias, por exemplo. No caso das pessoas que se ocupam em atividades informais, os direitos trabalhistas não podem ser garantidos, tendo em vista não serem reconhecidos como trabalhadores produtivos em atividades legais. Esta situação é agravada com o movimento de migração das pessoas para as cidades em busca de melhores oportunidades de emprego e de melhores condições de vida, tendo como objetivo sair do desemprego.

A consolidação das leis do trabalho (CLT) surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, no dia 1 de maio de 1943, criado no governo do presidente Getúlio Vargas, que unificou toda legislação trabalhista que existia no Brasil. Os direitos do trabalhador, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), oferecem ao trabalhador uma certa estabilidade temporária, pois as empresas são chamadas a cumprir essas leis. No Brasil, quem regula e fiscaliza as relações de trabalho é o órgão superior representado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Kinczeski, 2011).

Dentro da classificação do que se considera trabalho formal, estabelecida pelo Ministério do Trabalho, existem alguns tipos de trabalhadores que não podem ser considerados como empregados formais, pois não se enquadram nos termos e definições

da CLT. É o caso do trabalhador eventual, trabalhador avulso, trabalhador voluntário, do autônomo e do estagiário que são os tipos de trabalho contidos no direito trabalhista do MTE⁶.

Trabalhador eventual - É o tipo de trabalho que pode ser rural ou urbano, em que há a prestação de serviços, mas sem vínculo trabalhista. Este trabalhador não exerce atividades de forma habitual, mas realiza serviços temporários para a empresa.

Trabalhador avulso - O trabalhador avulso é contratado por sindicatos e outros órgãos para a realização de determinados tipos de serviços de natureza urbana ou rural, realizando tarefas para várias empresas. Ele não possui vínculo de trabalho.

Trabalhador voluntário - O trabalho voluntário é todo aquele em que presta serviços a uma entidade pública ou privada sem fins lucrativos que atua na área da cultura, assistência social, recreação, projetos científicos, dentre outros. Nesse tipo de atividade, o indivíduo não receberá remuneração e, portanto, não há vínculo de trabalho. Esse tipo de trabalho é regido pela lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Estagiário - Os estudantes que estejam cursando o ensino regular, em instituições de níveis médio, técnico, superior, ou realizando curso profissionalizante poderão se beneficiar do estágio. O objetivo do estágio é fazer com que esses estudantes aprimorem seus conhecimentos de acordo com suas áreas de estudo e também os preparem para o mercado de trabalho. Essa relação entre estagiário e empresa não constitui vínculo de trabalho, mas deverá haver um termo de compromisso entre as partes. A lei que rege o estagiário é a 11.788, de 25 de setembro de 2008 (MTE, 2017).

O Ministério do Trabalho e Emprego, ainda define o trabalhador autônomo como:

O trabalhador autônomo é aquele que executa trabalhos independentes, ou seja, ele presta serviços por conta própria e não possui vínculo de trabalho. Ele que fará os seus horários e realizará, de acordo com o tempo que definiu, as suas atividades (MTE, 2017).

Já para Kinczeski (2011), o sujeito autônomo é um profissional que trabalha por conta própria, podendo ser ele médico, costureiro, taxista, açougueiro, marceneiro, entre outros, desde que atenda também a condição de inexistência de vínculo empregatício com outrem.

O trabalhador assume riscos na atividade informal se o mesmo não é contribuinte da previdência social. Além disso, a jornada de trabalho é feita pelo próprio trabalhador, observando as suas necessidades e a quantidade de horas que acha que pode aguentar, o que muitas vezes se torna um trabalho precarizado, pois está querendo

⁶ Tipos de Trabalhadores segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Ver: MTE, 2017.

apenas aumentar a sua renda. O trabalhador autônomo pode ter sua própria atividade produtiva, seu comércio, pode ser ambulante nas ruas ou até prestador de serviços. Pode sofrer por não ter equipamentos que ajudem no seu empreendimento, no local e objetos que vende, por não ter uma qualificação suficiente para exercer tal trabalho.

Apesar de vários estudiosos terem se dedicado à análise do mercado de trabalho informal, são necessárias novas pesquisas voltadas para os indivíduos que ainda não tem condições de ter garantidos os direitos sociais pelo trabalho, estando submetidos à situação de precariedade.

Esse estudo vai permitir que a comunidade compreenda que o trabalho informal, ao mesmo tempo que pode ser um meio do indivíduo sair da condição de desemprego, como atividade temporária, também pode se tornar uma atividade permanente. Em qualquer caso, o trabalhador deve sempre buscar uma melhor qualificação. Neste sentido, a escolaridade é um ponto chave para que haja uma melhor capacitação e uma renda mais estável.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2006), a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, estudo de caso e pesquisa de campo, levantamento de dados secundários e descritiva. No caso da pesquisa bibliográfica, realizou-se o levantamento de vários autores e suas contribuições que abordam o tema escolhido sobre a informalidade.

A busca de dados secundários foi necessária para ilustrar alguns aspectos do objeto de estudo, sendo priorizados dados em instituições de pesquisa oficiais, como IBGE e Ministério do trabalho, com a intenção de caracterizar e analisar o setor informal. No tocante ao estudo de caso, compreende-se este procedimento com importância central, considerando que o tema em estudo foi desenvolvido em torno do shopping popular Terceirão no município de João Pessoa. A pesquisa também se caracteriza como descritiva e analítica por ter como finalidade a demonstração do perfil da população que trabalha no shopping popular através dos dados primários e secundários coletados.

Foram utilizados outros meios de investigação, como revistas especializadas, livros, dissertações, artigos, textos disponíveis na internet em revistas eletrônicas e que serviram como material necessário para o aprimoramento da investigação.

A pesquisa teve como ambiente o centro do município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, especialmente, o shopping popular Terceirão. A pesquisa de campo faz-se necessária para este estudo, tendo em vista que ainda se tem poucas investigações para essa área específica com o enfoque econômico, principalmente por se tratar de um shopping popular cuja configuração sofre mudanças recorrentes. Este estudo será feito para o primeiro semestre do ano de 2017, tendo como base de apoio estudos sobre trabalho informal do IBGE, IPEA, monografias, artigos científicos e revistas.

A amostra da pesquisa de campo foi composta por indivíduos que realizam sua atividade no trabalho nas dependências do shopping popular Terceirão em João Pessoa. Foi elaborado um questionário com perguntas diretas e subjetivas, com o objetivo de abordar questões sobre: instrução escolar, idade, gênero, estado civil, rendimento, ocupação e contribuição previdenciária. Com isso, intencionou-se investigar a ocupação informal relacionada ao desemprego dos indivíduos e outros tipos de ocupações como a dos empregadores, tendo em vista que alguns estudos justificam o crescimento das ocupações informais e/ou autônomas com as desinserções pelo trabalho, que induzem

os indivíduos buscarem manter o sustento familiar e pessoal em formas alternativas e informais de trabalho. Assim, também foi interesse no estudo verificar se eles contribuem para a previdência social e se o perfil de algumas pessoas ocupadas se enquadra no de empreendedores autônomos.

As pessoas entrevistadas foram aquelas que estão inseridas no Shopping popular Terceirão e que possuem seu próprio comércio ou que possuem algum vínculo ocupacional. Além desses, a administração do Shopping Terceirão também foi alvo da investigação, com o intuito de buscar a percepção dos administradores sobre as condições de operação do espaço de comércio popular e sobre a organização das ocupações no trabalho.

As principais categorias metodológicas utilizadas nesse estudo e que serviram de referência para a construção do questionário foram: trabalho formal, informal e empregabilidade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a categoria de pessoas ocupadas é composta por trabalhadores incluídos no setor formal e informal. O emprego formal caracteriza-se pelas pessoas que trabalham com carteira de trabalho assinada, possuem salário mensal e direitos do trabalho garantidos (IBGE, 2016).

Os dados secundários foram obtidos através do IBGE. Foi necessária essa pesquisa para poder observar como se encontrava a população trabalhadora e o mercado de trabalho na Paraíba, especialmente, em João Pessoa. Para isso, foram coletados e analisados os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, com destaque para a População Economicamente Ativa (PEA), nível de instrução, pessoas ocupadas contribuintes e não contribuintes da previdência, entre outros, permitindo compor o perfil do mercado de trabalho em João Pessoa.

A pesquisa de campo foi realizada no Shopping Terceirão. Sua escolha se deu por ser um dos shoppings mais populares do centro da cidade. O recurso utilizado para fazer esse estudo de campo foi o questionário semiaberto, sendo um roteiro aplicado aos comerciantes e trabalhadores e outro junto à administração do shopping popular.

O trabalho de campo foi realizado por meio de questionários para verificar o perfil das ocupações e das condições de trabalho no Shopping Terceirão. O questionário aplicado foi elaborado de forma a contemplar 17 perguntas, com os seguintes tópicos: dados pessoais, instrução e condições de trabalho. O roteiro de questões aplicado à gestão do shopping abordou questões mais abertas para investigar as especificidades de

funcionamento do shopping e as questões relacionadas ao trabalho informal e formal de comerciantes e trabalhadores na visão da administração.

Antes do início da pesquisa, foram realizadas algumas visitas ao Shopping Terceirão com o objetivo de observar o local da pesquisa, além de fazer uma aproximação com o objeto direto de trabalho e estabelecer a aproximação científica necessária com as pessoas ocupadas, trabalhadores e comerciantes. A pesquisa em si se sucedeu ao longo de 4 dias, sendo 3 dias para aplicar os questionários junto aos comerciantes e trabalhadores, sendo 10 questionários em cada dia, totalizando 30 tentativas. Destes, apenas 21 questionários foram efetivamente aplicados mediante a anuência das pessoas. Os demais se recusaram responder e realizar a entrevista. Outro dia foi reservado para aplicar o questionário na administração do shopping.

Antes de iniciar a aplicação dos questionários, foi informado a cada participante que sua identidade seria preservada, ou seja ficaria no anonimato. Ao iniciar a aplicação do questionário, este era identificado por números de acordo com a ordem de realização para que as pessoas percebessem que não haveria identidade pessoal e não apareceriam neste estudo de caso.

Através das respostas dos comerciantes e trabalhadores e da administração do shopping popular, realizou-se o tratamento das informações a partir da análise das respostas. Além disso, foram construídos gráficos, tabelas e quadros para facilitar a organização das informações e tornar didática a sua leitura. Assim, foi possível desenvolver as análises deste estudo de campo e obter as informações necessárias para formar o perfil das pessoas ocupadas no Shopping Terceirão em João Pessoa.

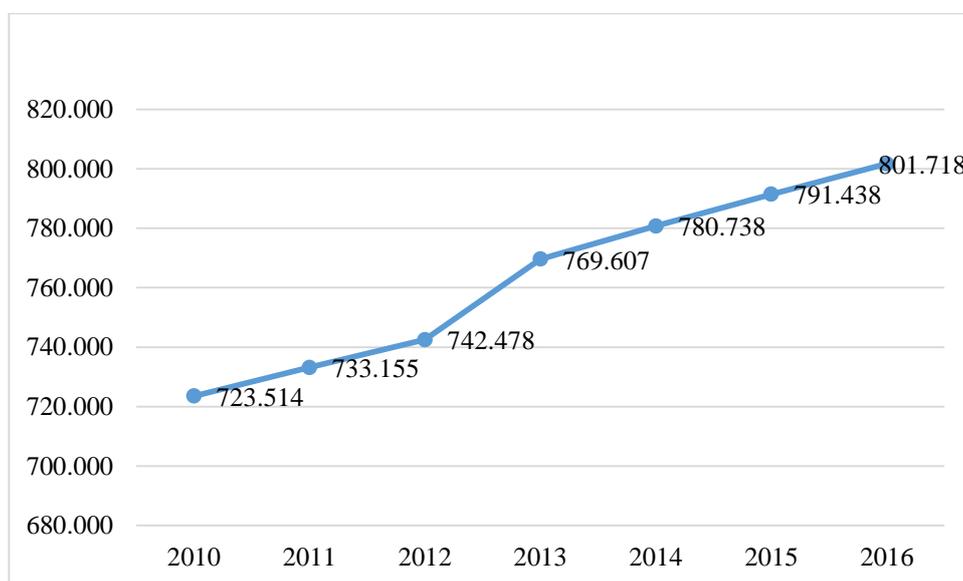
4 O PERFIL DAS PESSOAS OCUPADAS NO “SHOPPING POPULAR TERCEIRÃO” NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA -PB

4.1 Caracterização do mercado de trabalho no município de João Pessoa

A abordagem geral sobre os indicadores socioeconômicos de João Pessoa e região destina-se a ajudar a revelar o perfil do município e as condições do mercado de trabalho local para compreender algumas características da configuração do trabalho informal no município.

O Gráfico 1 apresenta a evolução da população para o município de João Pessoa nos anos de 2010 a 2016. Podemos perceber a elevação na quantidade de habitantes, o que indica também maior pressão das pessoas buscando oportunidades no mercado de trabalho. Se for considerada a região metropolitana de João Pessoa, a população passa de 1 milhão de habitantes, o que força a necessidade de criação de emprego e renda, além de serviços adequados para garantir mais qualidade de vida à comunidade.

Gráfico 1: João Pessoa - População residente de 2010 a 2016 (Número de pessoas)



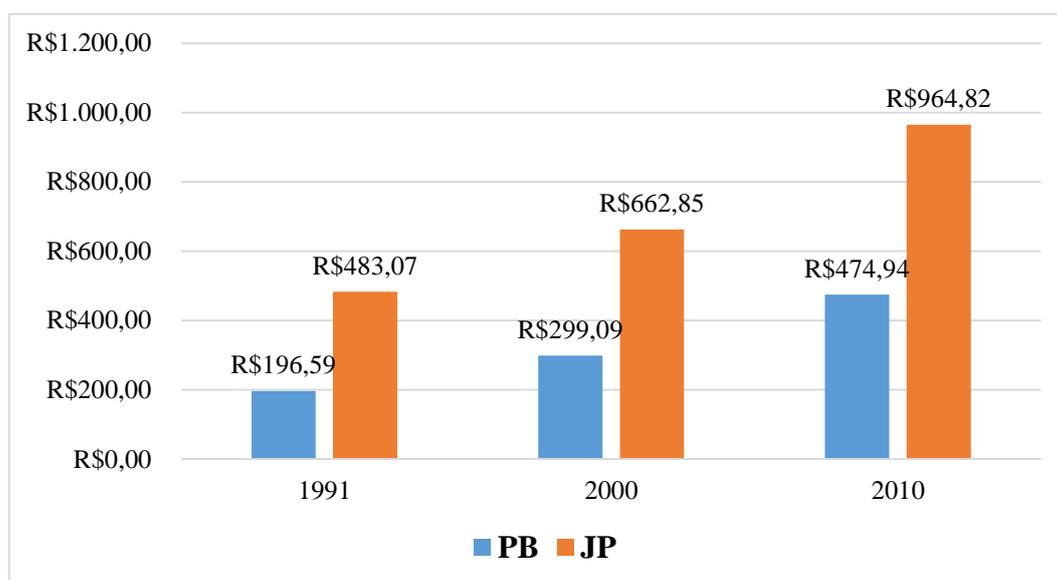
Fonte: IBGE. Cidades, 2017a.

De acordo com as pesquisas do Censo Demográfico do IBGE (2010), João Pessoa possuía 723.514 habitantes, sendo a quinta cidade mais populosa do Nordeste e a 24ª quando se considera o Brasil. O município de João Pessoa possui uma população

estimada em 801.718 habitantes para o ano de 2016, crescimento de quase 100.000 habitantes.

Segundo o IBGE a renda domiciliar *per capita* é um indicador que pode sinalizar as condições do desenvolvimento de uma região ou país. O Gráfico 2 mostra uma comparação entre a renda domiciliar do Estado da Paraíba e de sua capital João Pessoa.

Gráfico 2: João Pessoa - Renda média domiciliar *per capita* de 1991, 2000 e 2010 (R\$)

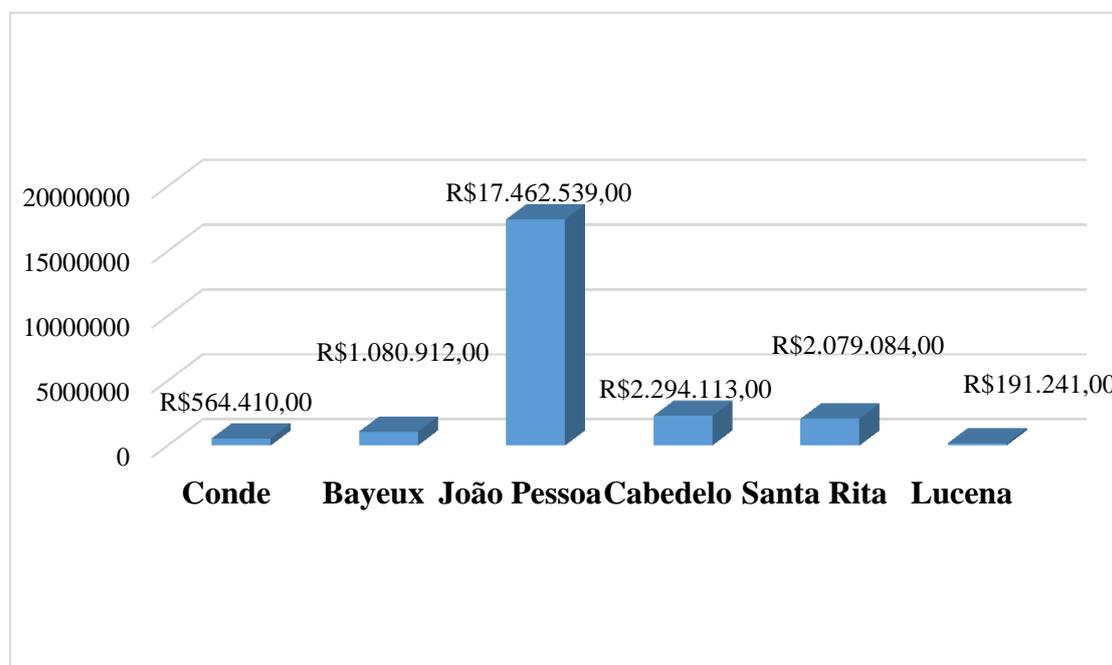


Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 2017a.

Os dados registraram que o nível de renda apontou melhores resultados no município de João Pessoa, passando de R\$ 483,07 em 1991 para R\$ 964,82 em 2010. Comparada à renda média do estado, o município apresenta situação superior ao que ocorre pela dinâmica econômica característica da microrregião de João Pessoa.

Dentro da microrregião de João Pessoa estão os municípios do Conde, Bayeux, João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Lucena. Destacando os dados municipais de 2014, o município apresentou o maior PIB entre os 223 municípios do estado da Paraíba. O Gráfico 3 mostra a Microrregião de João Pessoa com o PIB municipal a preços correntes de 2014 (Mil Reais).

Gráfico 3: Microrregião do João Pessoa - PIB municipal a preços correntes 2014 (Mil Reais)

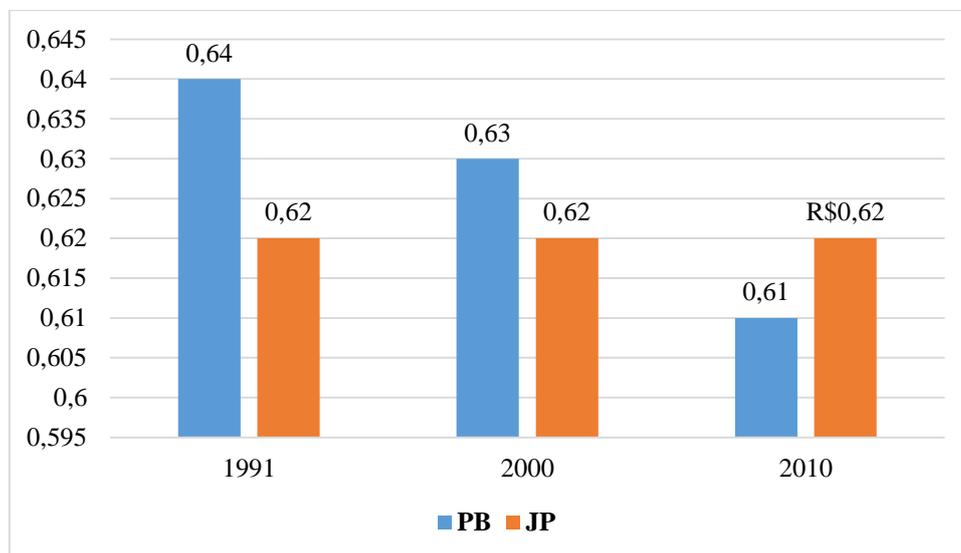


Fonte: IBGE. Contas Municipais. 2017a.

O município de João Pessoa possui o maior PIB da microrregião de João Pessoa, com valor total, para o ano de 2014, de R\$ 17.462.539.000,00 seguido por Cabedelo e Santa Rita com PIB de mais de 2 bilhões cada um. A soma do PIB, para o ano de 2014, dos municípios de Conde, Cabedelo, Bayeux, Lucena e Santa Rita, representava apenas 26% do PIB total de João Pessoa, o que revela como a economia está concentrada nesta localidade, apesar da importância econômica dos demais municípios.

Além de observar a renda e o PIB do município de João Pessoa é preciso avaliar como está a desigualdade e a pobreza. Ainda de acordo com o banco de dados do IBGE, no ano de 2000, o índice de Gini de João Pessoa foi de 0,630 (Gráfico 4). Este indicador mede o grau de desigualdade de uma localidade e, no caso, indica que João Pessoa é uma das capitais menos desiguais do Nordeste.

Gráfico 4: João Pessoa - Índice de Gini



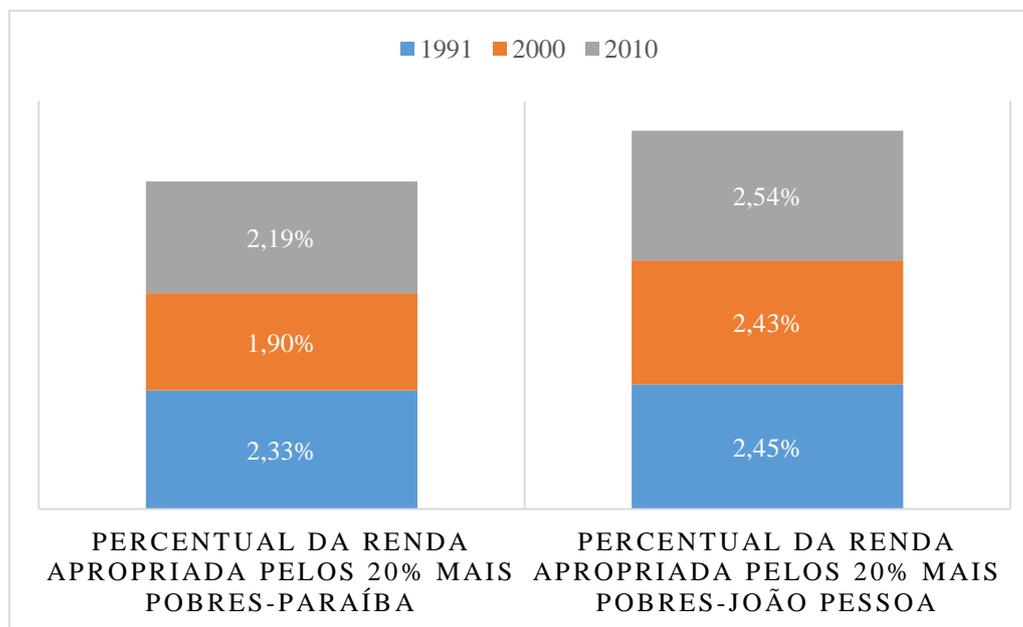
Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Comparando o índice da Paraíba com João Pessoa temos um avanço tímido para o período analisado de 1991 a 2010, mostrando que ainda há muita desigualdade de renda no município. O indicador ficou próximo do comportamento registrado para o estado da Paraíba, com a diferença de que no estado o índice de Gini tem manifestado mais indícios de queda.

Em relação a pobreza, o Gráfico 5 apresenta a renda apropriada pelos 20% mais pobres segundo os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 em João Pessoa.

A partir dos dados, verificamos que os 20% mais pobres no município de João Pessoa aumentaram a participação na renda. De 2,45% em 1991 passou para 2,54% em 2010, o que pode indicar uma pequena melhora nas políticas públicas de distribuição de renda no município. Ao considerar a média do estado da Paraíba, a participação dos 20% mais pobres na renda é ainda menor, de 2,33% em 1991, com uma recuperação para 2,19% em 2010. Esta é uma situação grave, pois indica que a maioria da população está com a menor parte da riqueza e a concentração de renda se mantém ao longo dos anos.

Gráfico 5: João Pessoa – Proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres em 1991, 2000 e 2010 (%)

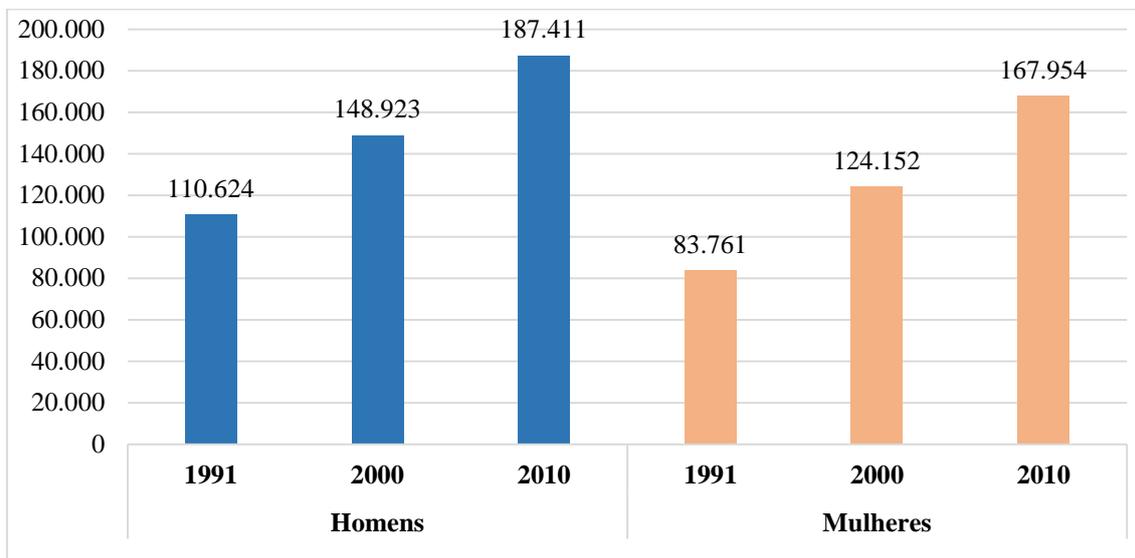


Fonte: IBGE e PNUD – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

A população economicamente ativa (PEA) são aquelas pessoas que estão em idade ativa, empregadas ou procurando emprego na semana de referência. A PEA é composta pelas pessoas ocupadas e desocupadas no período da pesquisa (IBGE, 2016). O Gráfico 6 apresenta a PEA para João Pessoa de acordo com os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

É possível constatar que a PEA teve taxa de crescimento positivo tanto para os homens quanto para as mulheres. Ao comparar 2010 com 1991, os homens tiveram um crescimento de 69,4% e as mulheres de 100,5%. Este resultado indica a presença de mais indivíduos no mercado de trabalho dispostos a trabalhar, com destaque para o aumento da PEA feminina em mais de 30 pontos percentuais. De modo geral, observa-se que a população está cada vez mais em busca de emprego.

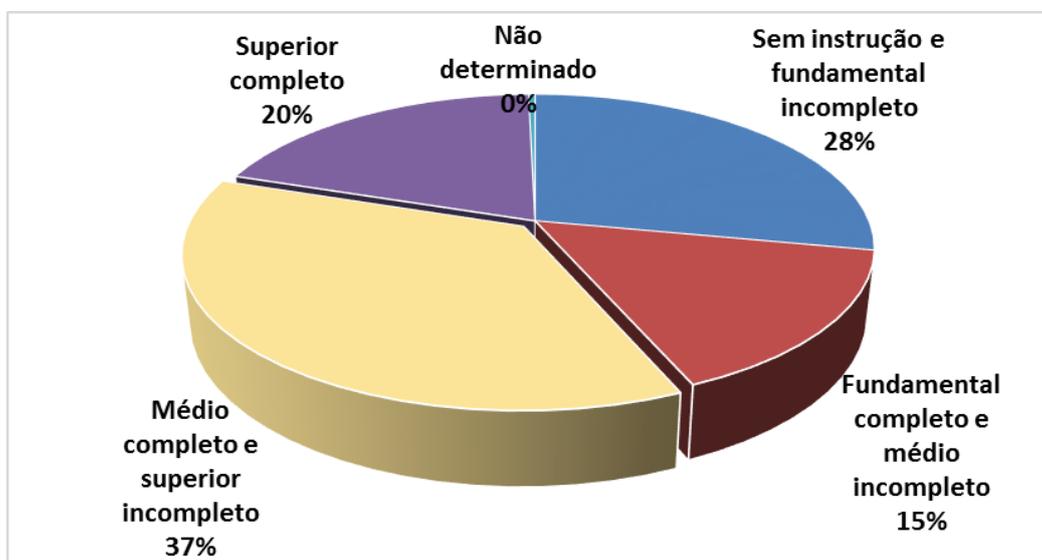
Gráfico 6: João Pessoa PEA – 1991, 2000 e 2010 (n° de pessoas)



Fonte: IBGE. Censos demográficos. 2017a.

O Gráfico 7 mostra o nível de instrução para João Pessoa, segundo o Censo Demográfico de 2010. A fatia que mais se destaca é a população que possui ensino médio completo e superior incompleto, com 37%. Este indicador é o melhor se for considerada a média do estado da Paraíba.

Gráfico 7: João Pessoa - Pessoas nível de instrução – 2010 (%)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 2017a.

De todo modo, é importante destacar a acentuada presença das pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, com 28%, e aqueles que não concluíram o ensino médio, com 15%, demonstrando a necessidade de se elevar o nível de instrução da população, de maneira a repercutir na melhor qualificação profissional e nos salários. De modo que João Pessoa por ser a capital possui os melhores índices de instrução devido a possuir mais escolas e universidades, sendo assim possui os as melhores qualificações.

A tabela 1 apresenta para João Pessoa as pessoas de 10 anos ou mais de idade na força de trabalho, ocupadas por sexo, segundo o Censo Demográfico de 2010. Dentre a categoria dos empregados está incluso os que possuem carteira de trabalho assinada, os sem carteira de trabalho assinada contribuintes da previdência e aqueles que não contribuem, além dos militares e funcionários públicos estatutários.

Destaca-se que a maioria dos empregados é composta por homens, com cerca de 41%. Em João Pessoa, quase 45% das pessoas ocupadas possuem carteira de trabalho assinada, sendo novamente a maioria de homens com mais de 25%. Chama atenção as pessoas ocupadas sem carteira de trabalho assinada, com mais de 21%, o que indica a possibilidade de trabalhadores que sobrevivem na informalidade ou do trabalho autônomo. Neste segmento, as mulheres aparecem em maior proporção em relação aos homens, com 11,5% dos ocupados e que não contribuem com a previdência social, o que pode ser justificado pela presença marcante das mulheres no trabalho doméstico.

Tabela 1: João Pessoa - Pessoas ocupadas, segundo a atividade do trabalho principal e contribuição para o instituto de previdência e sexo – 2010

Situação	Total		Homens		Mulheres	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Empregados	249.069	77,81%	131.186	40,98%	117.882	36,83%
Empregados - com CT assinada	143.675	44,88%	82.450	25,76%	61.225	19,13%
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	36.974	11,55%	17.256	5,39%	19.719	6,16%
Empregados - sem CT assinada	68.420	21,37%	31.481	9,83%	36.939	11,54%
Empregados - sem CT assinada - contribuintes da previdência	14.574	4,55%	6.490	2,03%	8.084	2,53%
Empregados - sem CT assinada - não contribuintes da previdência	53.846	16,82%	24.991	7,81%	28.855	9,01%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. 2017a.

Na Tabela 2, podemos observar que dentro da categoria dos empregados estão os trabalhadores domésticos, aqueles que trabalham por conta própria, os não remunerados e aqueles que produzem para o próprio consumo. Dentre eles, ainda existem aqueles que contribuem para a previdência social onde estão protegidos pela legislação trabalhista e aqueles que não contribuem, que são os desprotegidos.

Tabela 2: João Pessoa - Pessoas ocupadas, segundo segmento do trabalho principal por sexo e contribuição para o instituto de previdência – 2010 (%)

Situação	Homens	Mulheres
Empregados - trabalhadores domésticos	0,62	7,58
Com CT assinada	0,32	2,93
Sem CT assinada	0,3	4,65
Sem CT assinada - contribuintes da previdência	0,03	0,38
Sem CT trabalho assinada - não contribuintes da previdência	0,27	4,27
Conta própria	11,2	7,25
Conta própria - contribuintes da previdência	2,91	1,59
Conta própria - não contribuintes da previdência	8,29	5,66
Não remunerados	0,42	0,9
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,14	0,13

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. 2017a.

Analisando os empregados por categorias específicas, podemos ver a maior presença do gênero feminino no trabalho doméstico com carteira de trabalho assinada e sem carteira assinada com 7,58%. Esta concentração pode estar ligada a uma questão cultural de que o trabalho da mulher está relacionado à vida doméstica e que tem mais habilidade para os serviços de dona de casa, além de ser uma atividade que exige menor grau de instrução. Os homens se destacam nas atividades por conta própria com 11,2%, embora seja uma atividade que exhibe um percentual de trabalho feminino e masculino em condições precárias com alto índice de pessoas que não contribuem com a previdência social. Apesar disso, o número dos trabalhadores sem carteira assinada em João Pessoa é menor se comparado com outros municípios do Estado.

O que se torna preocupante é a grande proporção de pessoas sem carteira de trabalho assinada que não contribui para a previdência social no segmento “por conta

própria”, em que possivelmente estão concentrados os trabalhadores informais. Daqueles sem carteira assinada, a menor parte realiza contribuição para o instituto de previdência, o que representa cerca de 4,5% do total dos ocupados, somando homens e mulheres.

4.2 Histórico sobre o shopping popular “Terceirão” em João Pessoa

O Shopping Centro Terceirão, um dos principais núcleos de comércio informal da cidade, foi inaugurado no dia 25 em outubro de 1999, na Rua Duque de Caxias, Centro, em João Pessoa. Está em um ponto estratégico entre a lagoa e a rodoviária. Possui o nome de "Terceirão" em homenagem a Dorgival Terceiro Neto, que foi Governador da Paraíba e deu nome ao viaduto e a praça onde está localizado o shopping popular. O espaço comercial destaca-se com o crescimento em vendas de produtos e prestação de serviços à população. Contém internamente cerca de 250 boxes, segundo informações da administração do Terceirão, que oferecem os mais diversos produtos nacionais, importados e serviços.

Na Figura 1 é possível visualizar a fachada do Terceirão. É um grande mercadão coberto onde se vende de quase tudo. Pode ser comparado com o Mercado de São José em Recife e o Mercado de Campo Grande em Mato Grosso do Sul (LIMA, CAVALCANTE e COSTA, 2011).

Figura 1: Fachada do Shopping Centro Terceirão



Fonte: Portal Shopping Terceirão, 2016.

Os trabalhadores autônomos nesse ambiente muitas vezes se deparam com a insegurança da renda, os riscos da perda do negócio em função do volume de vendas e os rendimentos daqueles que não são os donos do negócio. Além disso, pode haver outros custos envolvidos, como o aluguel do estabelecimento, marcando a realidade do trabalho informal.

A figura 2 mostra o ambiente interno do Shopping Centro Terceirão, que é o local de trabalho dos trabalhadores informais e formais, comerciantes e pequenos empregadores.

Figura 2: Ambiente interno do Corredor e boxes do Shopping Centro Terceirão



Fonte: Cornélio, 2016.

O Terceirão é um shopping popular onde, em diversas lojinhas, são vendidos os mais variados produtos, como: equipamentos eletrônicos, óculos, acessórios para celular, roupas, bolsas, vestuário, possui restaurantes para os diferentes gostos e possui preço adequado e acessível e que caracteriza as condições de um mercado popular.

4.3 Descrição e análise dos resultados da pesquisa no shopping “Terceirão”

O trabalho de campo foi desenvolvido por meio da aplicação de questionários com temas objetivos para traçar o perfil do público investigado e questões abertas semiestruturadas. O questionário contemplou no total 17 perguntas, distribuídas em tópicos principais, a saber: dados pessoais, instrução e condições de trabalho. Na segunda etapa da pesquisa, outro questionário foi aplicado na administração do shopping Terceirão contendo 16 perguntas abertas.

Antes de serem iniciadas as entrevistas, realizaram-se algumas visitas ao Shopping Terceirão com o objetivo de observar o local da pesquisa e poder criar familiaridade com o público envolvido e o objeto direto de trabalho. Nestas ocasiões foi constatado que não havia nenhuma criança trabalhando, o local estava limpo, porém as instalações físicas davam a sensação de ser muito quentes. A pesquisa direta se deu ao longo de 4 dias, sendo planejado a aplicação de 10 questionários em cada dia, e um dia específico para aplicar na administração. Contudo, foi enfrentada certa resistência por parte de algumas pessoas ao serem consultadas sobre a possibilidade de responder os

questionários e contribuir com a pesquisa. Uma das entrevistadas relatou o porquê de alguns de seus colegas de trabalho ter receio em responder os questionamentos, pois segundo ela, há 5 anos a polícia federal utilizando o disfarce de pesquisador, aplicou alguns questionários com os trabalhadores. Em função dessa ação, segundo a apreensão da entrevistada, meses depois eles voltaram para apreender as mercadorias sem nota fiscal e punir aqueles que estavam em situação ilegal. Por esse motivo alguns apresentaram desconfiança e não quiseram contribuir com a pesquisa, pois tiveram medo de acontecer o que ocorreu no passado. Do total de pessoas contatadas 9 não quiseram ou se recusaram a participar da pesquisa direta.

4.3.1 Dados pessoais

Foram aplicados 21 questionários aleatoriamente entre os boxes, dentre eles 10 mulheres e 11 homens. O Quadro 1 apresenta a localidade que os entrevistados residem por divisão de gênero.

Quadro 1: Shopping Terceirão – JP - Local da residência

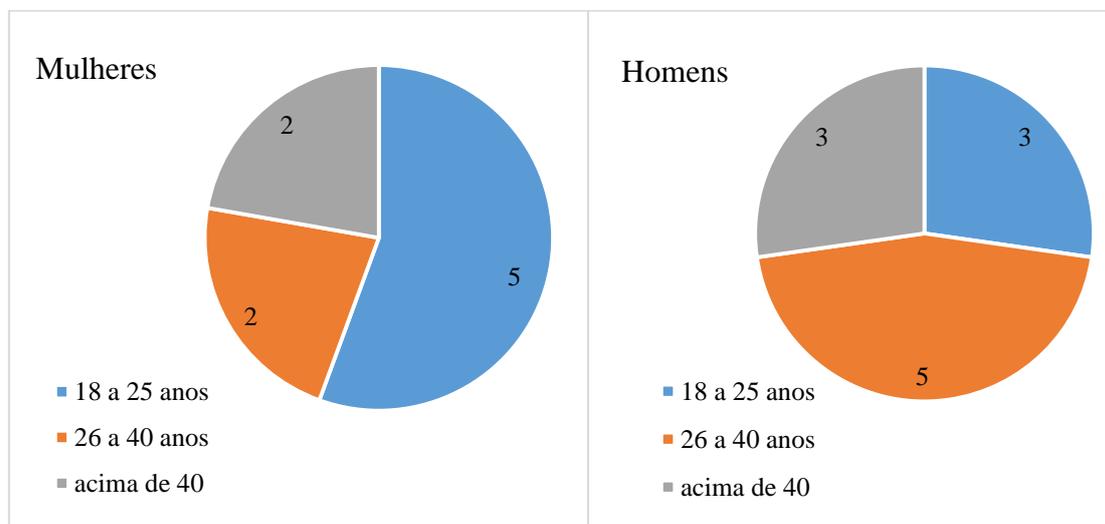
Cidade	Homens	Mulheres
Santa Rita	0	1
Bayeux	4	3
João Pessoa	7	6

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

Podemos perceber que a maioria dos trabalhadores são residentes de João Pessoa, com 13 pessoas. A segunda maior participação de trabalhadores são moradores de Bayers, que é uma cidade vizinha a João Pessoa e integrante da região metropolitana.

O Gráfico 8 apresenta a faixa etária das pessoas ocupadas pesquisadas no Shopping Terceirão, segundo o gênero, dividido em três grupos principais de idades, na faixa etária de 18 a 25 anos, de 26 a 40 anos e aqueles acima de 40 anos, sendo que apenas 1 pessoa do sexo feminino não quis declarar a idade.

Gráfico 8: Shopping Terceirão – JP - Faixa etária dos trabalhadores, segundo o gênero

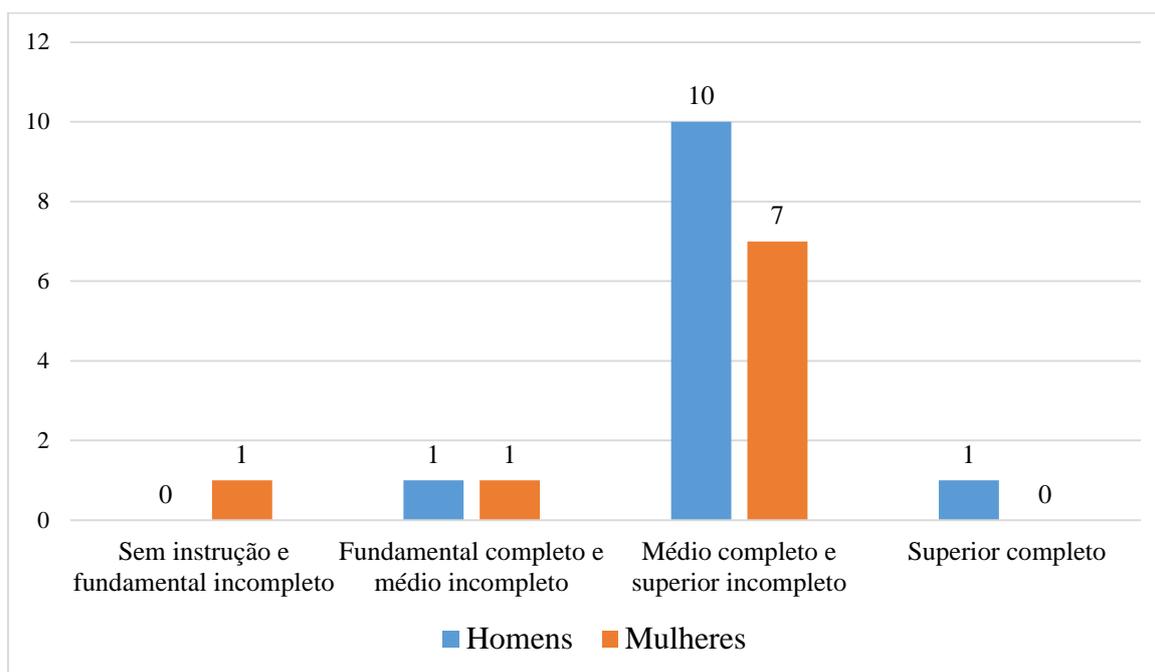


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

Podemos analisar que a faixa etária de concentração para as mulheres está em entre 18 a 25 anos e os homens entre 26 a 40 anos. Muitos desses trabalhadores declararam estar no seu primeiro emprego e outros em busca da independência financeira.

4.3.2 Instrução

Neste tópico vamos observar o nível de instrução das pessoas ocupadas no Terceirão, que está dividida em “sem instrução e fundamental incompleto”, “fundamental completo e médio incompleto”, “médio completo e superior incompleto” e “superior completo”. Um aspecto a ser destacado é que nenhuma pessoa entrevistada se declarou analfabeta, o que pode refletir as melhores condições na educação. Ao se comparar as informações da pesquisa de campo com o Gráfico 7, confirma-se a concentração de pessoas no ensino médio completo para João Pessoa. O Gráfico 9 apresenta a escolaridade fracionada por gênero.

Gráfico 9: Shopping Terceirão – JP – Nível de instrução dos trabalhadores

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

Os jovens e adultos estão procurando se qualificar e obter mais conhecimentos. De acordo com as declarações obtidas, a maioria dos trabalhadores jovens encontrou no Shopping Terceirão uma maneira de sair do desemprego e manter os seus estudos. Percebemos que há um destaque para o ensino médio completo e superior incompleto, o que confirma os dados apresentados sobre instrução para João Pessoa.

4.3.3 Condições de trabalho

Nesta seção vamos analisar as condições de trabalho daqueles que estão ocupados no Shopping Terceirão e que contribuíram com o estudo de caso. As questões estavam divididas em perguntas fechadas e abertas. O Quadro 2 apresenta um resumo de algumas perguntas objetivas.

Podemos observar que 99% dos entrevistados tem como atividade principal a que realiza no Shopping Terceirão. É dessa atividade diária que retira o sustento sendo, assim, sua principal fonte de renda. Parte significativa dos trabalhadores disseram que realizam contribuição para o INSS. Porém existe trabalhadores que contribuem para a previdência social e estão protegidos pelos direitos sociais do trabalho garantidos em lei, já citadas anteriormente, mas que não possui carteira de trabalho assinada, ou seja,

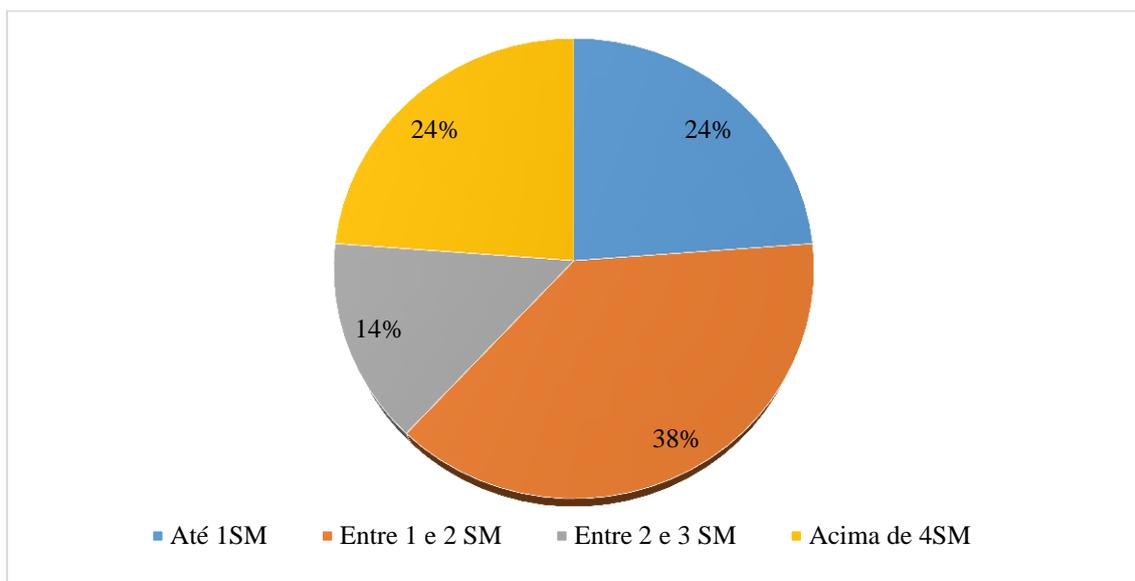
não possui e não tem as garantias e direitos do trabalho regular. Ainda há casos de pessoas aposentadas que desempenham atividades no Shopping Terceirão com o objetivo de complementar a renda familiar.

Quadro 2: Shopping Terceirão – JP – Condições de trabalho

PERGUNTAS	SIM	NÃO	EMPREGADO	APOSENTADO
1. Essa é a sua atividade principal de trabalho?	20	1	-	-
2. Essa é a sua única fonte de renda?	17	4	-	-
3. O estabelecimento é próprio?	9	3	9	-
4. Realiza contribuição para o INSS? (Dono do box ou alugado)	9	1	-	1
5. Possui Carteira de trabalho assinada? (Empregado)	4	5	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

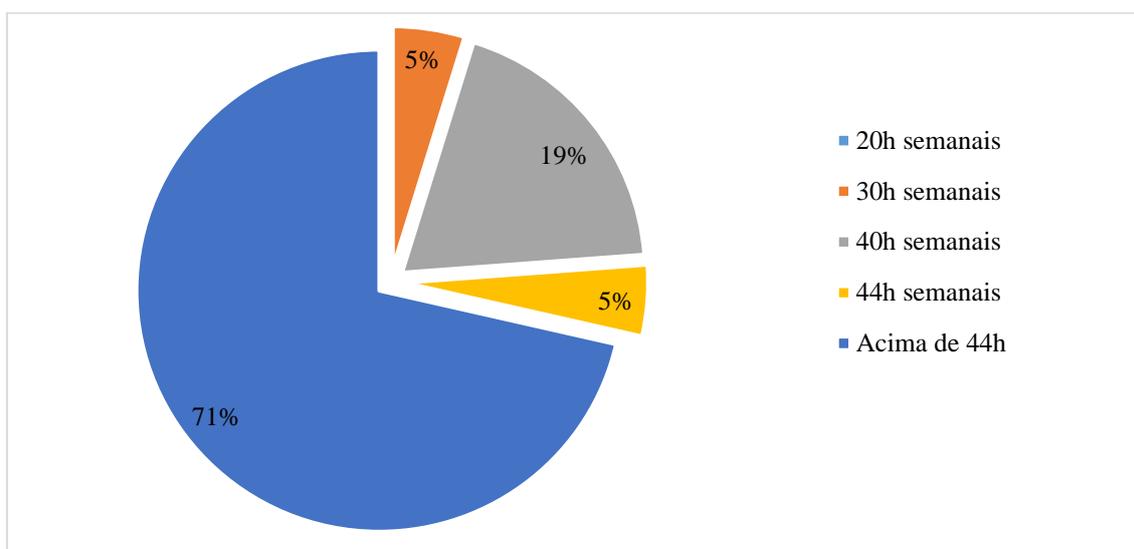
Em relação ao rendimento, pode-se destacar que 24% dos entrevistados recebem até 1 salário mínimo, embora estes tenham declarado verbalmente que não ganham menos que este valor. Mesmo aqueles que não contribuía ou que não possuíam carteira de trabalho assinada, recebiam o salário mínimo ou até mais. O Gráfico 10 apresenta o rendimento dos trabalhadores.

Gráfico 10: Shopping Terceirão – JP – Rendimento dos trabalhadores

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

Neste gráfico destacam-se os trabalhadores que recebem entre 1 a 2 salários mínimos, totalizando 38% dos entrevistados. E aqueles entre 2 a 3 salários com 14%. É desse salário que eles mantêm suas famílias e pagam suas dívidas. Do total de 21 entrevistados, 14 possui ao menos 2 filhos. Os demais utilizam os rendimentos como meio para se manter na faculdade.

No comércio a jornada regular de trabalho é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, ou seja, 8 horas de segunda a sexta-feira e 4 horas no sábado. No tocante às horas de trabalho, pudemos observar que 71% dos entrevistados trabalham acima das horas de trabalho exigidas, de acordo com o Gráfico 11, sendo que não recebem hora extra, por ultrapassar as horas de trabalho.

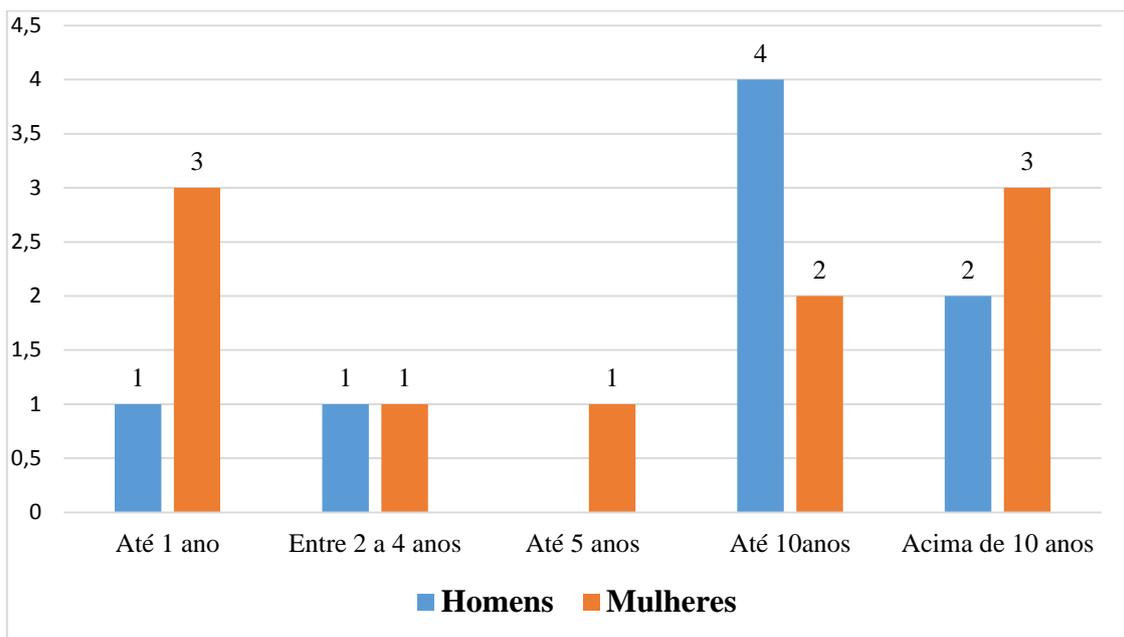
Gráfico 11: Shopping Terceirão – JP –Horas de trabalho semanais

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

Alguns relataram que não possuem hora para almoço. Atendem quando chegam clientes e almoçam ao mesmo tempo, o que pode indicar uma situação de precariedade no trabalho. Além, desses outros relataram que não possuem férias, mesmo aqueles que trabalham com carteira de trabalho assinada. Desse modo, constatou-se que muitos trabalhadores estão abrindo mão de alguns direitos trabalhistas em função do ambiente e das condições de trabalho em que exercem suas atividades.

O Gráfico 12 destaca a quantidade de anos que os trabalhadores se dedicam a atividade do comércio no Shopping Terceirão, o que também pode ser visto por gênero.

Conforme destacado anteriormente, muitos trabalhadores realizam a atividade do comércio popular como principal forma de auferir renda. Muitos tiveram toda sua vida no trabalho dedicada a este tipo de atividade.

Gráfico 12: Shopping Terceirão – JP –Tempo de Trabalho no Shopping Terceirão

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

A partir dos dados obtidos, podemos destacar que as mulheres apresentaram maior frequência na atividade com até 1 ano e acima de 10 anos ou mais. No caso dos homens, a presença mais marcante foi acima dos 10 anos de trabalho na mesma atividade. Ao longo da entrevista, os mais jovens disseram que queriam futuramente mudar de emprego, já os adultos disseram que se sentem realizados com essa profissão.

As respostas mais frequentes sobre o que motivou o trabalho no Shopping Terceirão foi a falta de oportunidade em outros locais. Entre as respostas mais recorrentes, destacaram-se: estava desempregado; e, os familiares já trabalham nesse ramo de comércio, o que serviu como porta de entrada. Outros indicaram a ideia do empreendedorismo, expressando o desejo de ser o próprio patrão. Para os mais jovens, a necessidade de uma renda para continuar a faculdade foi fator decisivo para ingressar no comércio popular.

Outro aspecto investigado junto aos entrevistados foi a questão de sua realização pessoal e profissional e sobre as intenções de mudar de atividade ou profissão. O Quadro 3 apresenta algumas respostas dos entrevistados.

Entre as respostas mais frequentes sobre se são realizados com essa atividade no comércio popular, destacou-se o fato de que nesta ocupação o sujeito tem a possibilidade de “conseguir o que almeja, além de ser a principal fonte de renda”. Por isso, afirmaram gostar de atuar no ramo do comércio. A garantia do sustento da família

é o aspecto mais importante apontado por eles. Cerca de 62% afirmou estar realizado com o que faz. Entretanto, mais de 50% do total de entrevistados admitiu a pretensão de mudar de atividade.

Os outros que responderam não estar satisfeito, na maioria são os que pretendem mudar de emprego, pois querem “estudar”, “trabalhar na área que gosta”, almeja um “melhor crescimento profissional” e obter mais “conhecimento” sobre o mercado de trabalho.

Quadro 3: Shopping Terceirão – JP –Realização Profissional

PERGUNTAS	SIM	NÃO
O sr. (a) sente-se realizado com essa profissão?	13	8
Tem pretensão de mudar de atividade ou profissão?	10	11
Está cadastrado em algum sindicato de trabalhadores?	4	17

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

Outra questão abordada foi a sindicalização das pessoas que trabalham no Shopping Terceirão. Das pessoas entrevistadas, 17 falaram que não possuem nenhum vínculo com sindicato ou associação de trabalhadores, o que pode demonstrar a desmobilização ou desorganização dessa categoria de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho, seja do ponto de vista dos direitos ou de infraestrutura física no ambiente de trabalho.

Quanto às perguntas de ordem subjetiva, como a que aborda sobre as condições de trabalho e se o local de trabalho é adequado, observou-se certo constrangimento, pois parecia que não queriam expor suas opiniões sobre as necessidades do local. Do mesmo modo ocorreu no quesito sobre concorrência entre os comerciantes e o que entendem sobre mercado de trabalho informal.

Das respostas mais recorrentes, destacou-se que o Shopping Terceirão precisa ser mais divulgado, ou seja, ter mais propaganda e marketing externamente. Além disso, surgiram várias questões relacionadas à infraestrutura. Segundo as pessoas entrevistadas, o local é muito quente e precisa ser climatizado; necessita de reforma externa, pois há fios de energia soltos; agentes de segurança; a utilização do banheiro poderia ser gratuita, pois para os clientes é pago; seria importante a existência de uma

praça de alimentação mais adequada; uma nova presidência (administração); e, mais cestas de lixo para que o ambiente de trabalho se tornasse mais limpo.

A maioria dos entrevistados citou que desconhecia o que era trabalho informal. Alguns responderam que o trabalho informal é aquele sem carteira de trabalho assinada, que trabalha horas excessivas e não vê expectativa de melhora. Contudo, eles não admitiam que pudessem se encaixar nessa categoria de trabalhador.

Poucos comerciantes quiseram falar sobre se há concorrência entre eles. Um dos entrevistados destacou que há concorrência implícita e que isso se dá pelo lado A e pelo B do estabelecimento. O lado A é aquele que fica perto das portas principais onde o trabalho é mais valorizado e também mais lucrativo. O lado B é aquele mais escondido, cuja quantidade de clientes é reduzida, pois é mais comum que eles tomem suas decisões de compra logo na entrada do shopping.

4.3.4 O Shopping Terceirão na percepção da administração local

A segunda parte da pesquisa de campo está relacionada a um questionário que foi aplicado junto à administração do Shopping Terceirão. O questionário foi composto por 16 questões abertas que abrange o funcionamento interno e externo do shopping.

A pessoa responsável pela administração do Shopping ocupa o cargo há 1 ano e 3 meses. De acordo com a entrevista, suas funções correspondem a toda parte administrativa como, por exemplo, a arrecadação mensal do condomínio e a gestão dos funcionários e a inadimplência, questões relacionadas à dimensão interna, como assim definiu. Em relação a parte externa, monitora e avalia o que está quebrado e que precisa de conserto.

Foi declarado que existe em torno de 250 boxes em funcionamento. Mas que não tem estimativa de quantas pessoas trabalham e nem de quantas pessoas circulam diariamente no shopping. Registrou-se, também, a informação de que os boxes são “próprios” e foram financiados pelo banco do Nordeste na época de sua aquisição.

De acordo com a percepção da administração, a infraestrutura do shopping popular é “boa”, mas precisava melhorar a parte elétrica e ter mais propaganda. Esse aspecto confirma o que os trabalhadores e comerciantes relataram a respeito das instalações elétricas que precisam de reparos, além de ser necessário um trabalho de

marketing. O Quadro 4 apresenta algumas questões feitas para a administração do shopping e as respostas obtidas mediante a pesquisa.

Quadro 4: Shopping Terceirão – JP – Questões Administrativas

QUESTÕES	RESPOSTAS
Que tipo de serviço são oferecidos no Shopping Terceirão?	São oferecidos serviços de vendas de mercadoria, serviços no geral e alimentício.
Há conflitos de ordem pessoal entre comerciantes ou trabalhadores?	Não há conflitos, pois cada um tem o seu espaço de trabalho.
Há trabalho informal no Shopping Terceirão?	Não há trabalho informal.
Quais as principais demandas dos trabalhadores junto à administração?	Os trabalhadores reclamam de goteiras e em relação aos fios de energia.
Como os trabalhadores entendem a questão do trabalho formal ou informal?	A administração não tem acesso aos funcionários dos boxes. Mas, segundo os proprietários dos boxes, a maioria possui carteira de trabalho assinada.

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa de campo, 2017.

No Quadro 4 podemos observar que atividades como vendas de mercadorias, serviços e alimentação são oferecidos no shopping Terceirão. Porém, quando se fala de espaço e concorrência há uma vaga resposta, tanto pelo lado dos comerciantes que não quiseram se expor em relação a isso, quanto pela administração que preferiu assegurar que cada um tem seu espaço de trabalho, tentando passar a ideia de que as relações são estabelecidas sem conflitos entre os comerciantes e trabalhadores no Terceirão. Neste caso, de acordo com as informações verbais, é possível reconhecer que há uma concorrência implícita, mas que ninguém quis admitir de forma explícita.

Outro aspecto que se destacou foi o questionamento sobre o trabalho informal no Terceirão. A administração relatou que não havia trabalho informal, o que vai na mesma perspectiva das respostas obtidas pelos comerciantes e trabalhadores no shopping popular. A partir disso, é possível destacar duas hipóteses: 1. Alguns dos entrevistados desconhecem o que seria trabalho informal, inclusive a administração. 2. É possível que haja um pacto para negar a existência do trabalho informal, seja por medo da fiscalização dos representantes do Ministério do Trabalho ou para negar a

própria condição de precarização no trabalho. Tais deduções são possíveis em função de ter havido o relato de outros entrevistados no sentido de definir o trabalho informal como aquele sem carteira assinada e que trabalha mais que o necessário de horas. Além disso, ao longo das entrevistas, alguns expuseram que não possuem carteira de trabalho assinada e não contribuem para a previdência, o que ratifica a existência implícita do trabalho informal, embora não se classifiquem nessa situação. É importante ressaltar que esta condição do trabalho informal foi negada tanto por comerciantes e trabalhadores, quanto pela administração.

Outra questão abordada no questionário foi sobre as possíveis ações necessárias para melhorar o funcionamento do shopping. A administração explicou que o Terceirão tem um fluxo bom de pessoas diariamente, porém a inadimplência dos comerciantes é alta, o que é considerado um problema. Ainda, de acordo com as declarações, não há regras oficiais para se trabalhar no shopping. Os donos dos boxes tem a liberdade de fazer seu horário de chegada e saída. Assim, a administração não tem como controlar o tempo diário de trabalho pois não tem acesso aos donos dos boxes. A administração direta só tem acesso aos 10 funcionários internos do shopping, que são aqueles que trabalham nos serviços gerais, como a limpeza.

Conforme declaração da administração, não há contato direto com os comerciantes e funcionários dos boxes, limitando-se a um contato indireto nessa relação. Desse modo, como é possível que o órgão administrador possa conhecer as necessidades do espaço de comércio, de trabalho e dos usuários? Pareceu atuar apenas como receptor das informações daqueles que vão buscar alguma melhoria no shopping através de reclamações pontuais. Seu posicionamento demonstrou uma atitude distante com as reais necessidades do shopping popular e, em alguns aspectos, até falta de conhecimento do assunto como o que se deu com relação ao trabalho informal.

No tocante à realização de cursos de orientação e formação para os comerciantes e trabalhadores no shopping popular, foi destacada a realização de uma palestra e um curso para os comerciantes há 17 anos atrás, quando o shopping foi inaugurado.

Sobre a organização das pessoas ocupadas no shopping, registrou-se a existência de uma associação dos comerciantes do shopping Terceirão, mas que poucas pessoas fazem parte dessa associação.

Outra questão pertinente para a administração desse espaço peculiar de comércio foi sobre a construção dos shoppings populares nas cidades como possível solução para o problema das pessoas que trabalham na rua. Segundo a percepção da administração do Shopping Terceirão, o surgimento desses locais é “bom”, mas depende do local que será construído. Não adianta fazer a edificação distante da população ou do comércio, pois não haverá clientes e nem movimento. Se não houver clientes os pequenos comerciantes irão voltar para seus pontos na rua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho informal é um tema que aborda diretamente um problema social em todos os lugares. Ao longo desta pesquisa percebemos que o trabalho informal se caracteriza como importante atividade produtiva, porém realizado numa situação de desproteção e precariedade em busca de sobrevivência daqueles excluídos do mercado formal. Geralmente as atividades informais se desenvolvem por meio de comércio e serviços desestruturados e com baixos rendimentos, de modo a prejudicar os direitos sociais dos trabalhadores.

Muitos trabalhadores envolvidos nas atividades informais vêm sendo instigados pelo mercado a assumirem posturas autônomas e empreendedoras, como símbolo de independência, ao mesmo tempo que ameniza a situação do trabalho precário e explorado como resultado da não inserção nas condições formais do trabalho assalariado. A postura empreendedora requer experiência básica sobre o mercado, obrigando o trabalhador assumir riscos nessa atividade, especialmente, nos negócios informais, além de expor a extensas jornadas de trabalho em busca de maior renda, o que leva à precarização do trabalho empreendedor.

De acordo com a pesquisa de campo realizada com as pessoas ocupadas no Shopping popular Terceirão, foi possível traçar um perfil desse espaço de circulação de clientes e mercadorias. Algumas pessoas demonstraram repulsão ao serem questionadas e não quiseram contribuir com a pesquisa, receosos de ser um disfarce da fiscalização sobre mercadorias sem nota fiscal, o que já caracteriza a ilegalidade das atividades realizadas.

A maioria dos entrevistados declarou estar no seu primeiro emprego e outros em busca da independência financeira. No caso dos jovens, encontraram no Shopping Terceirão uma maneira de sair do desemprego e manter os seus estudos.

Cerca de 99% dos entrevistados tem como atividade principal a realizada no Shopping Terceirão, com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos, com extensas jornadas de trabalho. Contudo, não há garantia dos direitos sociais do trabalho, mesmo para os que possuem carteira de trabalho assinada. Muitos trabalhadores, por medo da demissão, abrem mão de alguns direitos trabalhistas, pois a maioria das respostas apontaram que a ocupação no Shopping Terceirão se deu pela falta de outra oportunidade e pelo desempregado.

O questionário aplicado na administração ressaltou que não há regras para trabalhar no shopping, além de expor a falta de conhecimento sobre as condições de trabalho dos próprios trabalhadores e comerciantes.

De um modo geral, podemos concluir que esses indivíduos que realizam suas atividades de trabalho no Shopping Terceirão são verdadeiros lutadores, pois estão num espaço de disputas. A atividade do trabalho no comércio popular está caracterizada como forma explícita de sobrevivência das famílias, mesmo estando em condições de informalidade e precariedade. A infraestrutura do ambiente é precária e muitas vezes não possuem o trabalho valorizado.

Alguns deles, consideram-se, contudo, microempresários por realizarem a função de controlar o negócio, contratar funcionários e organizar o ambiente de trabalho, embora sem qualificação administrativa. Observa-se, assim, a precarização do próprio conceito de empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Elizabeth Santos; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. Trabalho informal em tempos globalizacionistas. **Rev. Histedbes** [online]. 2009, n. esp. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art15_33esp.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.
- ALVES, Luciene Andrade; GARCIA, Maria Franco. Geografia da informalidade. **Rev. Okara** [online]. 2002, v.6, n.2, p.263-272. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/viewFile/16107/9183>>. Acesso em: 14 set. 2016.
- ALVES, Luciene Andrade. **Itinerância do comércio informal: A precarização do trabalho ambulante nas praias de João Pessoa/PB**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa –PB.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Rev. Caderno de pesq.** [online]. 2013, v. 43, n.149, p.252-477. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2016.
- CORNÉLIO, Felipe. Imagem do terceiro. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/01/terceirao_promocao_fim_de_ano_foto_corneliofelipe_29.jpg?bbc5e7>. Acesso em 03 nov. 2016.
- CRUZ, Cleide Ane Barbosa. O desenvolvimento do mercado informal como elemento de geração de novos empreendedores. **Rev. ITPAC** [online]. 2014, v.7, n.4. Disponível em: <<http://www.itpac.br/arquivos/Revista/74/artigo1.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O Conceito de informalidade: Um exercício de aplicação empírica[online]. **Rev. Caderno CRH**. 2004, v. 17, n. 41. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16>>. Acesso em: 03 nov. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Histórico de João Pessoa. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250750&search=paraiba|joao-pessoa|infograficos>: Acesso em: 07 fev. 2017a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações completas.**

Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250750&search=||infor%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 16 mar. 2017b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notas Técnicas.** Rio de Janeiro:

IBGE, 2002. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/transmetod.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017c.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa mensal de emprego,**

2008. Trabalhadores por conta própria perfil e destaques. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/parte1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Nacionais,**

2000. Rendimento do Trabalho e Ocupação (versão para informação e comentários).

IBGE, 2000. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/07_rendimento.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017d.

KINCZESKI, Gabriel Nascimento. **Folha de Pagamento: Impacto financeiro dos gastos com empregados gerados pela política de expansão de uma empresa.**

Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2011.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina.** 4ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **O trabalho**

reconfigurado: Ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

LIMA, Thales Batista de; CAVALCANTE, Keliane de Oliveira; COSTA, Márcia da Silva. **Informalidade: Escolha ou Falta de opção? Um estudo no Mercado**

Terceirão de João Pessoa/PB. In: III Encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho, 2011, João Pessoa. Anais. III Encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado.**

São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATSUO, Myrian. **Trabalho Informal e desemprego: Desigualdades sociais.** São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2009.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **Rev. Economia e Sociedade** [online], 2013, v.22, n.3, p. 825-854. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/09.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ouvidoria/duvidas_trabalhistas.asp>. Acesso em 31 out. 2016.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://direito-trabalhista.info/ministerio-do-trabalho.html>> Acesso em 31 out. 2017.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Rev. Unifra** [online]. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/pereirajm/artigo%20Jos%C3%A9%20M.D.Pereira.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PEREIRA, Cláudia Gonçalves. Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 7, 2005, **Anais...** Sociedade Brasileira de Sociologia, p.4-5.

Direito Trabalhista. Disponível em <<http://direito-trabalhista.info/direitos-do-trabalhador.html>>. Acesso em 16 mar. 2017.

Planalto do Governo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5890.htm#art1>. Acesso em 04 abr. 2017.

Portal Shopping Terceirão. Disponível em <<http://www.shoppingcentroterceirao.com.br/>> Acesso em 31 out. 2016.

Portal Tripadvisor. Disponível em <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303428-d8838809-Reviews-Shopping_Centro_Terceirao-Joao_Pessoa_State_of_Paraiba.html>. Acesso em 31 out. 2016.

OIT. Organização Internacional do trabalho. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em 16 mar. 2017.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.); RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce; CONSERVA, Marinalva; SILVEIRA JR., José Constantino; GAMBARDELLA, Alice. **Topografia social da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO - ENTREVISTA Ficha Individual - Pesquisa de Campo

I. Dados Pessoais

Cidade onde reside: _____

Idade: _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Estado Civil: Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo () Outro ()

Possui filhos: Sim () Não ()

Se sim, quantos: _____

II. Instrução

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto

() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo

() Analfabeto () Outro: _____

III. Condições de Trabalho

1. Esta é sua atividade principal de trabalho? Sim () Não ()

Teria outra atividade? Qual? _____

2. Essa é sua única fonte de renda? Sim () Não ()

Se não, qual outra fonte? _____

3. O Sr. é proprietário desse ponto onde trabalha?

É Dono do negócio e Proprietário () É Dono do negócio/ ponto Alugado ()

É Apenas Empregado ()

a) Caso o entrevistado seja o dono como “proprietário” ou “alugado”:

Realiza contribuição para o INSS?

() Sim () às vezes () Nunca contribuiu

() outro: _____

b) Caso o entrevistado seja apenas um “empregado”:

Possui carteira de trabalho assinada?

Sim () Não ()

4. Como se considera?

Autônomo com CT () Autônomo sem CT ()

Empregado com CT () Empregado sem CT ()

Empregador com contribuição para a previdência ()

Empregador sem contribuição para a previdência ()

Outro: _____

5. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- () Até 1 SM () Entre 1 e 2 SM () Entre 2 e 3 SM
 () Entre 3 e 4 SM () Acima de 4 SM

6. Trabalha quantas horas semanais?

- () 20h semanais () 30h semanais () 40h semanais
 () 44h semanais () Acima 44h semanais () outro: _____

7. Há quanto tempo realiza essa atividade no Shopping Terceirão? _____

Já trabalhou em outros locais?

- () Sim () Não

Se sim, qual? _____

8. O que motivou o Sr. trabalhar nesta atividade?

9. Sente-se realizado com esse trabalho e com essa profissão?

- () Sim. Por quê? _____
 () Não. Por quê? _____

10. Se tiver filhos: Seus filhos estão trabalhando nessa atividade?

- () Sim () Não

Se tiver outra profissão, qual? _____

11. Tem pretensão de mudar de atividade ou profissão?

- () Sim. Por quê? _____
 () Não. Por quê? _____

12. Possui plano de saúde?

- () Sim () Não () já teve, mas cancelou
 () outro: _____

13. Pretende trabalhar até que idade? _____

14. Está cadastrado em algum sindicato de trabalhadores ou associação?

- () Sim () Não

Se sim, qual? _____

15. As condições do shopping popular o Terceirão são adequadas para a realização do seu trabalho?

Que melhoria pode haver?

16. Existe concorrência/disputa por espaço (ponto) entre os comerciantes no Shopping Terceirão?

17. O que entende sobre trabalho informal?

APÊNDICE B**ROTEIRO - ENTREVISTA****Ficha Individual para a Administração do Shopping Terceirão - Pesquisa de Campo**

1. Há quanto tempo trabalha na Administração do Shopping Terceirão? _____
2. Quais são as principais funções da Administração do Shopping Terceirão?

3. Quantos boxes existem no Shopping Terceirão? _____
4. Quantos trabalhadores estão em atividade no Shopping Terceirão? _____
5. Existe alguma estimativa de quantas pessoas circulam por dia no Shopping Terceirão?

6. Os boxes são alugados? Ou podem ser adquiridos por particulares?

7. Que tipo de serviço o Shopping Terceirão oferece para a população?

8. A infraestrutura do shopping popular Terceirão é adequada para abrigar os comerciantes?

9. Quais as principais demandas dos comerciantes/trabalhadores junto a Administração do Shopping Terceirão?

10. Há conflitos de ordem pessoal entre os comerciantes ou trabalhadores? (disputa de boxes, por exemplo)

11. Quais ações seriam necessárias para melhorar o funcionamento do Shopping?

12. Já ocorreu algum curso de orientação/formação dos comerciantes ou trabalhadores no Shopping Terceirão? Se sim, qual (is)? (sobre negócios, vendas, empreendedorismo, por exemplo)

13. Há trabalho informal no Shopping Terceirão? Se sim, como a administração/prefeitura enfrenta esta questão?

14. Como os trabalhadores do Shopping Terceirão entendem a questão do trabalho formal ou informal?

15. Existe alguma associação, sindicato ou representação dos comerciantes ou trabalhadores do Shopping Terceirão? Qual?

16. Na sua opinião, a construção dos Shoppings populares nas cidades resolve o problema das pessoas que trabalham na rua?
